

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
ESCOLA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, INOVAÇÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS PASSO FUNDO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

FELIPE VIVAN

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Um estudo do desempenho econômico-financeiro da Cotraibi Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras no período de 2019 - 2021

PASSO FUNDO

2022

FELIPE VIVAN

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Um estudo do desempenho econômico-financeiro da Cotraibi Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras no período de 2019 - 2021

Trabalho de Conclusão de Curso para o curso de Ciências Contábeis do Campus de Passo Fundo, da Universidade de Passo Fundo sendo requisito para concluir e obter o grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Marcos Elmar de Figueiredo Nickhorn.

PASSO FUNDO

2022

FELIPE VIVAN

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Um estudo do desempenho econômico-financeiro da Cotraibi Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras no período de 2019 - 2021

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ____ de _____ de _____, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis no curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Me. Marcos Elmar de Figueiredo Nickhorn.
UPF - Orientador

Prof. Me. Daniel Vinicius Demarchi
UPF- Examinador

Prof. Jorge dos Santos Aravites
UPF- Examinador

PASSO FUNDO

2022

RESUMO

VIVAN, Felipe. **Análise das demonstrações contábeis: um estudo do desempenho econômico-financeiro da Cotraibi Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras no período de 2019 – 2021**. Passo Fundo, 2022. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis). UPF, 2022.

A contabilidade é um dos principais instrumentos à disposição dos gestores e da sociedade em geral para o controle, o gerenciamento e a fiscalização dos planos e das ações empresariais. Uma apresentação de excelência nas empresas representa uma estratégia eficaz e altamente necessária para a garantia de um correto enquadramento, ou seja, o menos oneroso para a organização, com uma maximização dos lucros e crescimento. O estudo tem como objetivo realizar a análise econômico-financeira da Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras que atua no ramo de transportes nacionais e internacionais no período de 2019 a 2021. Após a escolha da empresa, foram realizados os cálculos para a análise horizontal e vertical, análise dos indicadores. Para a conclusão, após serem feitos os cálculos de análise horizontais e verticais, foram gerados gráficos e tabelas para melhor entendimento dos mesmos. Com isso, foi possível observar que, em geral, a empresa está com uma boa saúde financeira. A única ressalva é para o índice do Ciclo Financeiro, pois será necessário que a cooperativa tome novas decisões para a sua melhora.

Palavras-chave: Indicadores. Análises das demonstrações contábeis. Cotraibi cooperativa dos transportadores de Ibiraiaras.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Análise horizontal das contas do balanço patrimonial da Cooperativa no período de 2019 – 2021	33
Tabela 2- Análise vertical das contas de balanço patrimonial da Cooperativa no período de 2019 – 2021	36
Tabela 3- Análise horizontal das contas da demonstração do resultado do exercício da cooperativa no período 2019-2021	39
Tabela 4- Análise horizontal das contas da demonstração do resultado do exercício da cooperativa no período 2019-2021	40
Tabela 5- Liquidez corrente.....	42
Tabela 6- Liquidez seca.....	42
Tabela 7- Liquidez geral.....	43
Tabela 8- Endividamento geral.....	44
Tabela 9- Participação capital de terceiros	45
Tabela 10- Composição do endividamento	46
Tabela 11- Giro do ativo.....	47
Tabela 12- Margem líquida	48
Tabela 13- Rentabilidade do ativo.....	49
Tabela 14- Rentabilidade do patrimônio líquido.....	50
Tabela 15- Ciclo financeiro	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Liquidez corrente	42
Gráfico 2- Liquidez seca.....	43
Gráfico 3- Liquidez geral	44
Gráfico 4- Endividamento geral	45
Gráfico 5- Participação capital de terceiros.....	46
Gráfico 6- Composição do endividamento.....	47
Gráfico 7- Giro do ativo	48
Gráfico 8- Margem líquida.....	49
Gráfico 9- Rentabilidade do ativo	50
Gráfico 10- Rentabilidade do patrimônio líquido	51
Gráfico 11- Ciclo financeiro.....	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	8
1.2 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA	8
1.3 OBJETIVOS	9
1.3.1 Objetivo Geral	9
1.3.2 Objetivos Específicos.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 CONTABILIDADE	11
2.1.1 Contabilidade Empresarial.....	11
2.1.2 Contabilidade Cooperativista.....	12
2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
2.3 ÍNDICES CONTÁBEIS	14
2.3.1 Índices de Balanço Patrimonial.....	14
2.3.2 Índices de Liquidez.....	15
2.3.3 Índice de estrutura de capitais e solvência total	18
2.3.4 Índices de Lucratividade.....	21
2.3.5 Índice das variações patrimoniais	23
2.3.6 Métodos de elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa	25
3 MÉTODO DE PESQUISA	27
3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA	27
3.1.1 Classificação quanto à espécie	27
3.1.2 Classificação segundo os objetivos	27
3.1.3 Classificação segundo à abordagem do problema	27
3.1.4 Classificação segundo os procedimentos técnicos.....	28
3.2 PLANO DE COLETA DE DADOS.....	28
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	28
3.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	29
4 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO	30
4.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	30
4.2 DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	31
4.2.1 Pontos Fortes.....	31
4.2.2 Pontos Fracos	32

4.2.3 Oportunidades	32
4.2.4 Ameaças.....	32
4.3 APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE VERTICAL E ANÁLISE HORIZONTAL.....	33
4.3.1 Análise horizontal das contas do Balanço patrimonial da Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras, no período de 2019 – 2021.....	33
4.3.2 Análise Vertical das contas do Balanço Patrimonial da Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras, no período de 2019 - 2021	36
4.3.3 Análise horizontal das contas da Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras, no período de 2019 – 2021	39
4.3.4 Análise Vertical das contas da Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras, no período de 2019 - 2021.....	40
4.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES	41
4.4.1 Índice de Liquidez	41
<i>4.4.1.1 Índice de Liquidez Corrente</i>	<i>41</i>
<i>4.4.1.2 Índice de Liquidez Seca</i>	<i>42</i>
<i>4.4.1.3 Índice de Liquidez Geral</i>	<i>43</i>
4.4.2 Índices de Endividamento.....	44
<i>4.4.2.1 Endividamento Geral.....</i>	<i>44</i>
<i>4.4.2.2 Participação do Capital de Terceiros</i>	<i>45</i>
<i>4.4.2.3 Composição do endividamento.....</i>	<i>46</i>
4.4.3 Índices de rentabilidade	47
<i>4.4.3.1 Giro do Ativo</i>	<i>47</i>
<i>4.4.3.2 Margem Líquida</i>	<i>48</i>
<i>4.4.3.3 Rentabilidade do Ativo</i>	<i>49</i>
<i>4.4.3.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido.....</i>	<i>50</i>
<i>4.4.3.5 Ciclo Financeiro.....</i>	<i>51</i>
4.5 SUGESTÕES	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A contabilidade é um dos principais instrumentos à disposição dos gestores e da sociedade em geral para o controle, o gerenciamento e a fiscalização dos planos e das ações empresariais.

De acordo com Santos (2014, p. 5), a contabilidade representa uma ciência social e sua natureza está relacionada com a preocupação pela compreensão da maneira com a qual os indivíduos criam, modificam e interpretam os fenômenos contábeis, além da forma com que informam seus usuários. Representa também a realidade que deve ser observada por esse ramo do conhecimento humano.

Não obstante, as informações apresentadas nos balanços se mostram insuficientes para a construção de avaliações mais específicas e adequadas às diversas áreas que compõem um ente, como, por exemplo, uma empresa pública ou privada, pois, apesar de disponíveis, nem sempre são de fácil compreensão pelos gestores que não detenham o conhecimento específico para interpretá-las. “A Contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para tomadas de decisões” (MARION, 2015, p. 4).

Dessa forma, para que haja uma excelente apresentação dos indicadores, é necessário que seja realizado um estudo aprofundado, considerando todas as atividades da empresa, suas características, o local onde está inserida, quais os indicadores analisados pela empresa, além da realização de cálculos e de análises através dos dados obtidos e da simulação entre as formas de enquadramento passíveis de serem empregadas. Uma análise global de todas as informações geradas possibilita aos gestores ou à alta administração da empresa uma visão sistêmica e um suporte na tomada de decisões, a fim de garantir a continuidade da empresa por meio de atividades corretas, confiáveis e dentro da legislação existente.

1.2 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

Considerando-se que uma melhor apresentação dos resultados impacta nas decisões de diretoria para melhoria da empresa, mostra-se necessário que essas informações sejam apresentadas de forma mais simples e sistematizadas, de modo a facilitar sua compreensão e utilização gerencial. É nesse sentido que se assenta a importância da análise das demonstrações

contábeis como instrumento de apoio à gestão empresarial, subsidiando o gestor com informações relevantes para a tomada de decisão e para o acompanhamento da gestão orçamentária, patrimonial e financeira do empreendimento.

Uma apresentação de excelência nas empresas representa uma estratégia eficaz e altamente necessária para a garantia de um correto enquadramento, ou seja, o menos oneroso para a organização, com uma maximização dos lucros e crescimento.

Diante do acima exposto, surge o seguinte problema que motivou a pesquisa: **qual a análise econômico-financeira da Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras, no período de 2019 a 2021?**

Assim, este trabalho justifica-se em apresentar um levantamento dos principais indicadores econômicos e financeiros aplicados a uma cooperativa, no município de Ibiraiaras/RS, relatando seus significados e aplicações como instrumento gerencial.

A empresa na qual foi realizado o estudo, como já citado acima, é uma cooperativa de transportadores. Atualmente, a empresa possui sua matriz localizada no município de Ibiraiaras/RS e mais três filiais nos municípios de Nova Bassano/RS, Nova Prata/RS e Lagoa Vermelha/RS. Ademais, conta com cerca de onze colaboradores e sua diretoria atuando entre os setores, administrativo, logístico e financeiro.

Como estudo de caso, foram aplicados os indicadores - ou quocientes - nas informações contábeis na Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras Ltda., com vistas a evidenciar a aplicabilidade dos conceitos inicialmente apresentados, interpretando-os de acordo com a fundamentação teórica estudada.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Realizar a análise econômico-financeira da Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras, no período de 2019 a 2021.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Coletar e estruturar as demonstrações contábeis da empresa no período analisado.
- Realizar a análise vertical e horizontal.
- Realizar a análise por meio de índices.

- Identificar pontos fortes e fracos nos indicadores calculados.
- Recomendar ações para maximizar os resultados da Cooperativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade fornece informações úteis para seus usuários. Com os seus objetivos, visa um melhor gerenciamento das partes interessadas e auxilia a contabilidade gerencial apresentando ferramentas favoráveis para a gestão empresarial, proporcionando recursos para controle de custos, que fornece dados para a determinação e avaliação dos lucros, refletindo no processo decisório.

Na concepção de Muller (2012), a contabilidade é uma ciência que tem como finalidade o desenvolvimento contábil de registrar, informar e analisar a condição patrimonial de pessoas e associações. Complementado, segundo Crepaldi e Crepaldi (2014), na contabilidade gerencial, um sistema de controle operacional para a melhora dos custos, a qualidade dos produtos e a diminuição de tempo das atividades realizadas por seus colaboradores, é de suma importância para os gestores. Tendo em vista esse conceito, o processo é obter, através de coletas de dados e informações, uma análise que permite avaliar o desempenho das atividades e produtos da empresa, bem como a situação econômica.

2.1.1 Contabilidade Empresarial

A contabilidade tem espaço importante no setor empresarial devido à grande demanda das pessoas físicas e jurídicas em busca de informações coerentes para o processo decisório.

Assim, a contabilidade de custos colabora e compõe um recurso para controle, análise e tomada de decisão (Araújo (2009). Para sustentar melhor as informações, as empresas devem aplicar os métodos de custeios. Schmidt (2015, p. 31) destaca que “em um segmento tão competitivo quanto o varejo supermercadista cada centavo faz a diferença no ganho de competitividade. E é nessa diferença que muitas vezes está à conquista de clientes, a obtenção de uma margem de lucro um pouco melhor”.

A necessidade de ter um conhecimento claro e detalhista dos custos e o contexto de carência de recursos tem incentivado instrumentos que agregam a gestão no transcurso decisivo (PEREIRA; ROMÃO, 2015). Assim, faz com que os gestores procurem melhorias e entendam melhor a determinação de custos de seus produtos para aprimorar a análise e o controle.

2.1.2 Contabilidade Cooperativista

A Lei nº 5.764/71 caracteriza a cooperativa como uma sociedade de pessoas, cujo objetivo é prestar serviços aos associados. Estes últimos são obrigados a contribuir reciprocamente com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, sem se objetivar o lucro.

A dimensão social das sociedades cooperativas apresenta as seguintes características:

[...] a democracia, a participação dos associados nas decisões, a construção de mecanismos de participação, gestão e controle democrático dos sócios na cooperativa; a associação de pessoas e não de capital; é uma associação que tem como condição básica a ajuda mútua e o desenvolvimento dos laços de solidariedade entre os associados, visando alcançar objetivos comuns entre seus membros; os objetivos comuns deste tipo de associação são normalmente a melhoria econômica, social e das condições de vida em geral dos seus membros. Para isto constitui-se uma empresa econômica cujos dirigentes e responsáveis são os próprios sócios; há também a preocupação com a realização humana dos sócios enquanto pessoas, não apenas enquanto produtores, consumidores ou seres com necessidades meramente econômicas; esforço e interesse permanente com a educação e com a informação dos associados sobretudo o que diz respeito à vida econômica e social da cooperativa bem como questões que dizem respeito à vida em geral e ao desenvolvimento humano e social dos associados. (ALDIR et al., 1995, p. 67).

O que melhor distingue a sociedade cooperativa das demais é sua base doutrinária que coloca como centro da empresa a pessoa, visando à solidariedade e à busca do bem-estar de seus sócios e da sociedade em geral. Para que a sociedade atinja seus objetivos econômicos e sociais, é preciso que haja equilíbrio na busca de ambos, sem prejuízo de nenhum deles.

O cooperativismo é como um conceito econômico com a finalidade de resolver problemas sociais por meio de organizações de cooperação criadas por pessoas livres, que se encarregariam pela gestão da produção e possuiriam direitos iguais os bens realizados.

É perceptível a grande importância deste sistema cooperativista para a economia brasileira. Com seus números expressivos e em constante desenvolvimento, essa grade gera cada vez mais colaboradores associados à sua volta.

2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Como as demonstrações contábeis apresentam os principais elementos de forma sintética, quando são publicadas, é a elas que se recorre quando se quer conhecer a situação patrimonial da entidade. Como os elementos são apresentados sinteticamente, há necessidade de aplicação da técnica contábil denominada análise das demonstrações contábeis.

Analisar significa transformar as demonstrações contábeis em partes de forma que melhor se interprete os seus elementos. Interessa conhecer primordialmente dois aspectos do patrimônio, quais sejam, o econômico e o financeiro. A situação econômica diz respeito à aplicação do capital e seu retorno e a situação econômica diz como a empresa está em relação a seus compromissos financeiros. (FRANCO, 1992, p. 93).

A análise não pode ser feita de seus elementos tomados isoladamente, mas em seu conjunto e comparados com as demais entidades do setor. É necessário, pois, que se estude ou consulte as empresas que exercem atividades semelhantes para se poder fazer comparações. Também, estudar as relações existentes entre os diversos elementos encontrados e as relações entre elas. Conforme Franco (1992, p. 94):

A Contabilidade não se resume no registro dos fatos contábeis, que é função da Escrituração. As funções contábeis vão além do simples registro dos fatos, procurando suas causas e dando-lhes interpretação. A determinação das causas dos fenômenos contábeis é função de análise. Conhecidas essas causas podemos dar interpretação aos fatos.

Sobre a importância do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício, diz o autor que representam a situação estática e dinâmica do patrimônio e constituem a síntese dos efeitos dos fatos contábeis sobre a composição e as variações patrimoniais. Para determinar que causas produziram aqueles efeitos, tem-se a necessidade de socorrer-se na análise e na interpretação dos fenômenos ocorridos.

Para Franco (1992, p. 97), a análise dos fenômenos patrimoniais entende-se não apenas a decomposição dos componentes do patrimônio e de suas variações, mas a comparação das partes com o conjunto e também entre si e enumera os processos de análise.

Ainda segundo Franco (1992) a determinação do percentual de cada um dos componentes no que se refere ao seu conjunto é chamada de coeficientes e por meio deles é determinada a relação que tem cada valor com o patrimônio. Estabelecendo comparações, é possível determinar se há excessos em determinados grupos de contas, tais como despesas. Pode-se determinar o percentual de receitas e também o percentual do lucro líquido sobre a movimentação econômica total do exercício.

De acordo com Assaf Neto (1989), a fundamental característica que orienta a análise de balanços é a comparação. Comparam-se valores obtidos em determinado período com aqueles levantados em períodos anteriores e o relacionamento desses valores com outros afins.

Quando uma conta ou grupo de contas é tratado isoladamente, não retrata, adequadamente, a importância do valor apresentado e menos ainda seu comportamento ao

longo do tempo. Esse processo de comparação, indispensável ao conhecimento da situação de uma empresa, é representado pela análise horizontal e análise vertical.

A análise das Demonstrações Contábeis tem como escopo verificar a evolução ou a involução das situações financeira e econômica da entidade. Matarazzo (1992, p. 22) afirma que “a Análise de Balanços objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões”. As Demonstrações Contábeis fornecem uma quantidade de dados relativos à empresa e, através da análise de balanços, é possível transformar estes dados em informações úteis aos usuários.

Conforme Matarazzo (1992) a atenção do contador são os registros das operações, no qual procura obter, organizar e compilar dados, sendo seu resultado as Demonstrações Contábeis. O analista, por sua vez, preocupa-se com as Demonstrações Contábeis que precisam ser transformadas em informações que permitam concluir sobre as condições reais da empresa, tais como: se merece ou não crédito, como está sendo administrada, se tem condições de pagar seus compromissos, se dá lucro, se vem evoluindo ou regredindo, se está sendo eficiente ou ineficiente, quais são as possibilidades de falência ou se continuará operando normalmente.

2.3 ÍNDICES CONTÁBEIS

2.3.1 Índices de Balanço Patrimonial

Vista como a principal demonstração contábil, é no Balanço Patrimonial que se encontra demonstrada a posição financeira da empresa em um estipulado período, isto é, através desta, obtém-se uma fotografia do quadro da empresa (MARION, 2015).

Nesta demonstração, ficam expostos seus bens e direitos, tal como seus deveres e o valor líquido da empresa, denominado ativo, passivo e patrimônio líquido, nesta ordem (BRASIL, 1976).

Nos art. 178 ao 182 da Lei 6.404 fica explicado como deve ser a apresentação das contas contábeis nestes grupos, em que se continua por uma ordem crescente de liquidez quando se tratando do ativo e, na ordem decrescente de predileção de pagamento das suas atribuições, no qual se fala do passivo (BRASIL, 1976).

O balanço patrimonial é fracionado em três partes, sendo elas ativo, passivo e patrimônio líquido. Tais, são classificadas em grupos e esses apresentam várias contas vistas de acordo com sua liquidez ou exigibilidades, dos quais o balanço se origina do equilíbrio destas divisões (ASSAF NETO, 2015).

2.3.2 Índices de Liquidez

Através da análise dos índices, é possível a comparação entre itens e grupos tanto do Balanço Patrimonial quanto da Demonstração de Resultados, auxiliando na averiguação de padrões preestabelecidos. Os índices de liquidez têm como objetivo refletir a capacidade que a empresa possui de liquidar seus compromissos.

Marion afirma que índices de liquidez (2010, p. 73) “são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade de saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato”.

De acordo com Silva (2013, p. 284), “os índices de liquidez visam fornecer um indicador da capacidade da empresa de pagar suas dívidas, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades”.

Para a interpretação de todos os índices de liquidez, tem-se que, quanto maior, melhor e sempre acima de 1,00. Ou seja, basicamente, tem-se que, a cada 1,00 de obrigações, a empresa deve possuir, no mínimo, 1,00 para honrar este compromisso.

Quociente da liquidez imediata

Este índice é fácil de ser utilizado, pois considera somente o disponível na organização e o compara com o passivo circulante, observando os equivalentes de caixa (disponível) e as contas referentes ao passivo circulante.

Através deste índice, pode-se mensurar a capacidade da empresa em cumprir com todas as suas obrigações de curto prazo somente com os valores disponíveis, conforme fórmula abaixo:

$$Liquidez\ imediata = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Neste indicador, é demonstrada a real capacidade da empresa em liquidar suas obrigações perante aos seus credores em curto prazo, utilizando apenas o que a instituição possui disponível, ou seja, em caixa, saldos bancários e aplicações, sem a necessidade de realizar estoque e o contas a receber.

Quociente da liquidez corrente

O índice de liquidez corrente, de acordo com Silva (2013, p. 287), “[...] indica quanto a empresa possui em dinheiro mais bens e direitos realizáveis no curto prazo (próximo exercício), comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período”.

O Índice de Liquidez Corrente é a capacidade que a empresa tem de pagamento em curto prazo. Para isso, calculam-se os valores disponíveis e conversíveis em dinheiro em curto prazo, com as dívidas que devem ser pagas, também, em curto prazo, conforme demonstrado abaixo:

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Segundo Marion (2002, p.10), deve-se atentar para alguns aspectos relativos à Liquidez Corrente:

- O índice não revela a qualidade dos itens do Ativo Circulante (caso de estoques superavaliados, obsoletos e se os títulos serão recebidos de fato? O índice não revela as épocas que serão recebidos e quando deverão ser efetuados os pagamentos, não é possível observar os vencimentos. De nada adianta uma liquidez alta se o prazo de pagamento for de 30 dias e para recebimento 60 dias. Se o estoque está avaliado em valores históricos, o índice poderá estar subavaliado, pois na maioria dos casos o valor de venda é superior ao custo histórico. Isoladamente os índices superiores a 1,0, de maneira geral, são positivos. Para conceituar o índice é aconselhável usar mais parâmetros para comparação. A composição do Ativo Circulante deve ser vista com cautela, pode haver um valor preponderante em estoques, o que além de tornar mais lenta a transformação em dinheiro, poderá trazer problemas financeiros para a empresa no curto prazo.
- Deve-se ponderar sobre o ramo de atividade e as particularidades de cada negócio da empresa. O mesmo índice pode ser deficiente para uma indústria e não o será para uma empresa de transporte coletivo. Enquanto a primeira vende normalmente a prazo, uma empresa de transportes coletivos não terá itens como duplicatas a receber e muito menos estoques. Não vende a prazo e tampouco opera com mercadorias. No caso do passivo as obrigações são comuns. Seu fluxo de caixa certamente permitirá saldar seus compromissos embora com índice abaixo da unidade.

Ainda em consonância com Marion (2002, p. 86), “jamais deverá ser comparado com um índice universal (considerado bom), ou ainda com outros que pertençam a ramos diversos de atividade (industrial, comercial, bancária, financeira etc.)”.

O conceito de índices-padrão representa índices médios de diversas empresas no mesmo ramo de atividade. Estes servirão de parâmetro para comparação com o índice que será calculado.

Existe a possibilidade de manipulação do índice de Liquidez Corrente, dada a importância que o mesmo representa. A empresa pode liquidar dívidas antecipadamente e com

isso poderá obter um desconto no pagamento além de melhorar o indicador. (Caso da empresa com índice superior a 1). Se o índice for inferior a 1, poderá elevar seus estoques com compras a prazo.

Quociente da liquidez seca

Silva (2013, p. 290) explica que, neste índice, demonstra-se o quanto a empresa possui de disponível imediato, que não precisa realizar-se para cumprir seu passivo circulante.

No índice de liquidez seca, mantém-se o mesmo raciocínio da liquidez corrente, entretanto, neste caso, elimina-se o estoque do ativo circulante por ser considerada uma fonte de incerteza. Portanto, avalia-se o estoque como um investimento, por se fazer necessário para a atividade da empresa, tornando-se, assim, uma apresentação mais realista da liquidez da empresa, conforme demonstrado abaixo:

$$Liquidez\ seca = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Este índice indica, segundo Matarazzo (1992), que quantia a empresa tem de Ativo Líquido para \$ 1,00 de Passivo Circulante. Quanto maior, melhor. Este índice visa medir o grau de excelência da situação financeira. Se, de um lado, estiver abaixo de determinados padrões do ramo, pode indicar alguma dificuldade de liquidez e, raramente, tal conclusão será mantida quando o Índice de Liquidez Corrente for satisfatório.

O índice de Liquidez Seca é utilizado como coadjuvante e não tem papel principal na avaliação da empresa: sua interpretação depende da arte e da habilidade individuais do analista.

Quociente da liquidez geral

Dos índices de liquidez, este é o que mostra a saúde financeira da empresa no longo prazo, demonstrando sua capacidade de honrar suas obrigações neste período. “O Índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer face às suas dívidas totais (SILVA, 2013, p. 284).

Para obter este índice, é utilizado o total do ativo circulante com a soma do realizável de longo prazo e o total do passivo circulante e não circulante.

$$Liquidez\ geral = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Não Circulante}}$$

Mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, tudo o que a empresa poderá converter em dinheiro no curto e no longo prazo, relacionando-os com todas as dívidas já assumidas. Indica quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada \$ 1,00 de dívida total. É um índice que, quanto maior, melhor.

Conforme Marion (2002), as incompatibilidades entre datas de recebimento e pagamento tem tendência a predominar quando se examinam períodos longos. O recebimento do ativo não necessariamente coincide com o vencimento do passivo, o que empobrece a qualidade do índice, porém, ao analisar vários anos, a análise será enriquecida. A tendência crescente ou decrescente do índice de LG poderá ser notada quando é feita a análise por vários anos.

O índice de imobilização do Patrimônio Líquido, segundo Matarazzo (1992, p. x), mostra qual o percentual do Patrimônio Líquido estava imobilizado e qual fora investido no giro dos negócios. É possível perceber agora se o que foi investido no Ativo Circulante oriundo do Patrimônio Líquido proporciona um índice de liquidez corrente satisfatório. A existência de Capital Circulante Próprio permite uma folga que pode ser medida através do índice de Liquidez Geral e, em seguida, comparada com padrões.

O valor da liquidez global alcançado apontará quantas unidades monetárias tem a empresa para cada \$ 1,00 de dívidas totais (Ribeiro (1997). Índice superior a 1 indica que a empresa possui ativos suficientes para saldar seus compromissos, porém, não é certo que os valores sejam recebidos nas mesmas épocas que serão exigidos os pagamentos dos passivos. Por outro lado, índice inferior a 1 não significa que a empresa esteja insolvente, ela poderá gerar recursos ou conseguir empréstimos suficientes.

2.3.3 Índice de estrutura de capitais e solvência total

Índices de endividamento visam conhecer a posição do capital próprio com relação ao capital de terceiros, ou seja, o quanto da empresa está sendo financiada pela participação de capital de terceiros.

a) Participação de capitais de terceiros

Este índice indica o grau de participação e de dependência que a empresa apresenta sobre os recursos de terceiros. De acordo com Iudícibus e Marion (1999, p. 144), a participação

de capitais de terceiros “demonstra a dependência da instituição com relação de capital de terceiros”.

Silva (2013, p. 270) concorda que este coeficiente “indica o percentual de capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos”.

Com o presente indicador, são retratados o endividamento e a dependência da empresa perante recursos de terceiros, lembrando que esta dependência, a longo prazo, provoca um aumento de suas despesas financeiras, sendo causa de uma rentabilidade menor para o acionista (IUDÍCIBUS; MARION, 1999).

Para se obter este indicador, utiliza-se o valor de capital de terceiros, os quais são obtidos com a soma do passivo circulante mais o passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

$$\textit{Participação do Capital de Terceiros} = \frac{\textit{Capital Terceiros}}{\textit{Patrimônio Líquido}}$$

As empresas possuem duas fontes de recursos, capitais próprios e capitais de terceiros. Este indicador apresenta a relação entre capitais próprios e de terceiros. Este é um indicador de risco ou dependência de capitais de terceiros e pode ser chamado de índice de Grau de Endividamento. Este índice aborda sempre a questão financeira da empresa. Porém, pode ser vantajoso para a empresa tomar recursos emprestados desde que o custo deles seja inferior ao lucro obtido com a aplicação nos negócios.

O endividamento de uma empresa representa risco à sua sobrevivência, porque os capitais de terceiros sempre têm custos. Para uma apreciação sobre o grau de endividamento de uma empresa, recorre-se a padrões considerados de normalidade. Estes padrões são obtidos através de tabulação estatística de balanços de empresas do mesmo ramo.

Conforme Matarazzo (1992), uma empresa que encontra-se fora dos padrões vistos normais correrá o risco de falir ou não. Cada empresa é única, cada uma tem sua forma de organização de produção, de vendas, de pessoal e financeira. A capacidade de adaptação e sua sobrevivência dependerão desses fatores. Pode-se dizer que uma empresa, em geral, quando vai à falência é porque está muito endividada. Isto é óbvio, pois a falência é a incapacidade de pagar dívidas. Uma falência não se deve, exclusivamente, ao endividamento, há sempre má administração, desorganização, malversação e projetos fracassados. A isso, soma-se o excesso de dívidas.

b) Quociente de endividamento geral

Este indicador demonstra quanto o capital de terceiros representa sobre o total de recursos investidos na empresa, ou seja, um grau de endividamento superior a 100 % caracteriza a situação de passivo a descoberto, isto é, a empresa possui mais obrigações do que bens e direitos. Neste indicador, demonstra-se a situação da empresa perante algum evento inesperado e se a empresa tem capacidade de sanar suas obrigações com recursos próprios. Portanto, quanto menor este indicador, melhor.

O grau de endividamento é obtido pela fórmula abaixo, em que se utilizam as informações do passivo circulante e não circulante e o ativo total.

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Ativo Total}}$$

c) Quociente de composição de endividamento

Para Silva (2013, p. 273), “indica quanto da dívida total da empresa deverá ser pago em curto prazo, isto é, as obrigações em curto prazo comparadas com as obrigações totais”. Neste indicador, busca-se identificar a magnitude das dívidas em curto prazo em relação ao montante das dívidas totais. O percentual é formado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Total}} \times 100$$

O índice indica a percentagem de dívidas de curto prazo em associação às dívidas totais e, quanto menor, melhor (MATARAZZO, 1992).

Após conhecer o Grau de Participação de Capitais de Terceiros na dívida da empresa, a composição do endividamento vai mostrar a qualidade destas dívidas. Dívidas de curto prazo podem apresentar sérias dificuldades para serem quitadas. No longo prazo, a empresa dispõe de mais tempo para gerar recursos suficientes.

d) Índices de imobilização do capital próprio

Neste indicador, é demonstrado o quanto de seu capital próprio está investido em seu ativo imobilizado. Portanto, neste indicador, quanto maior, pior, pois se trata de recursos presos, deixando de aplicar diretamente na atividade da empresa.

A imobilização do capital próprio é obtida pela relação entre o Imobilizado e o Patrimônio Líquido, conforme demonstrado abaixo:

$$\text{Imobilização de Capital Próprio} = \frac{\text{Imobilizado}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

2.3.4 Índices de Lucratividade

Os indicadores de lucratividade medem a eficiência da empresa em produzir lucro por meio das suas vendas, permitindo a identificação de possível problema de eficiência na empresa. Portanto, não expressa outra coisa, se não, a rentabilidade operacional da empresa em relação às vendas feitas.

a) Margem bruta

Também conhecida como margem de lucro, através deste indicador, é possível identificar o quanto da receita líquida se transforma em lucro bruto, quando positiva, sendo que, quanto maior, melhor, pois, assim, a empresa demonstra que seus custos efetivos estão inferiores à sua receita, gerando margem para suprir as demais despesas operacionais, precavendo-se para possíveis eventualidades, como uma diminuição das receitas ou aumento das despesas.

$$\text{Margem bruta} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas líquidas}} \times 100$$

b) Margem líquida

De acordo com Gitman (2010, p. 59), “a margem de lucro líquido mede a porcentagem de cada unidade monetária de vendas remanescente após a dedução de todos os custos e despesas, inclusive juros, impostos e dividendos por ações”.

Através deste indicador, é possível identificar o quanto da receita líquida se transforma em lucro líquido, quando positiva, e, quanto maior, melhor, pois, assim, a empresa pode se resguardar para possíveis eventualidades, como uma diminuição das receitas ou aumento de suas despesas.

$$\text{Margem líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas líquidas}} \times 100$$

c) Capital de giro

O capital de giro condiz aos recursos para dar sequência no funcionamento da empresa, requerendo cuidados em razão de à atual conjuntura financeira brasileira, porque significa a saúde financeira da empresa. O capital de giro pode seguir dois caminhos, consistindo em operacional ou financeiro (FREZATTI, 2014).

d) Capital circulante líquido

O capital circulante líquido é a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, representando, assim, o total de recursos de curto prazo disponíveis para financiamento das atividades da empresa, conforme demonstrado na fórmula abaixo:

$$CCL = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

Lembrando que o CCL tem ligação com o índice de liquidez corrente, visto que ambos tratam dos recursos de curto prazo SILVA (2013).

e) Necessidade de capital de giro

A necessidade de capital de giro é a diferença entre o ativo circulante operacional e o passivo circulante operacional, representando o total de necessidade de recursos de curto prazo para financiamento das atividades da empresa, segundo demonstra a fórmula abaixo:

$$NCG = \text{Ativo Circulante Operacional} - \text{Passivo Circulante Operacional}$$

f) Saldo em tesouraria

O saldo em tesouraria é a diferença entre o ativo circulante financeiro e o passivo circulante financeiro, representando o total de disponibilidade de recursos de curto prazo para financiamento das atividades da empresa, conforme a fórmula abaixo:

$$ST = \text{Ativo Circulante Financeiro} - \text{Passivo Circulante Financeiro}$$

2.3.5 Índice das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial, por meio do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (que aumentam o patrimônio líquido) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (que diminuem o patrimônio líquido) (STN, 2016). As variações são classificadas em qualitativas ou quantitativas, isto é, decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido ou que aumentam e diminuem o patrimônio líquido, respectivamente. Seu saldo, ao final do exercício, é representado no Balanço Patrimonial em conta específica do patrimônio líquido (STN, 2016).

a) Quociente do resultado das variações patrimoniais

Notam-se quatro quocientes de análise das Demonstrações das Variações Patrimoniais: o Quociente da Mutação Patrimonial Passiva indica se a receita arrecadada que provoca a diminuição dos bens   superior   mutação patrimonial passiva que deveria ocorrer; o do Resultado das Variações na Parte Permanente indica se há equilíbrio ou variação entre ativo patrimonial e passivo permanente; o Patrimonial da Execução Orçamentária é um indicador auxiliar para execução orçamentária; e o do Resultado das Variações Patrimoniais demonstra o resultado patrimonial do período (STN, 2013).

b) Resultado do fluxo de caixa

Denomina-se fluxo de caixa de uma empresa o conjunto de ingressos e desembolsos de numerário ao longo de um período determinado (ZDANOWICZ, 2000, p. 23).

É a principal ferramenta de gestão financeira que planeja, controla e analisa as receitas, as despesas e os inventários.   uma representação gráfica e cronológica de entrada (ingressos) e saídas (desembolsos) de recursos financeiros na empresa. A partir da elaboração do fluxo de

caixa, é possível verificar e planejar a eventual escassez do caixa para cobrir obrigações, ou o excesso de dinheiro parado, sem render nada à organização.

Demonstra os números apresentados no BP e no DRE em termos de movimentação financeira, representados monetariamente e identificando os recursos adicionais que a empresa utilizou e onde os aplicou.

c) Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais

O fluxo de caixa operacional é aquele que utiliza apenas as movimentações relativas às operações da empresa. Ou seja, ele não considera, para efeito de cálculo, as entradas e as saídas que não estão relacionadas ao operacional, como custos ou ganhos financeiros.

Assim, pode-se entender que o fluxo de caixa operacional é aquele que demonstra os resultados obtidos a partir do fluxo gerado pelas receitas e despesas da empresa dentro de um período. O resultado é chamado de lucro operacional – que também aparece no relatório anual da companhia. Vale ressaltar que ele não contabiliza os investimentos realizados pela empresa nem a necessidade de capital de giro.

É um dado muito importante e que deve ser analisado de tempos em tempos, pois ele demonstra o quanto de dinheiro a empresa está conseguindo gerar a partir do negócio principal realizado por ela.

No caso das empresas que realizam muitas vendas a prazo, essa ferramenta é ainda mais importante. Nessas situações, muitos gestores costumam lançar as receitas das vendas a prazo nos demonstrativos de resultados, mas o fluxo que provém dessas vendas não ocorre imediatamente. Ele apenas entrará no caixa da empresa meses depois (considerando que não haja inadimplência). Por isso, a importância de analisar o FCO.

Antes de começar a calcular o fluxo de caixa operacional, é preciso ter em mãos algumas informações como o lucro total, a desvalorização e os impostos. O lucro total revela o lucro obtido pela empresa dentro de um determinado período. Para calculá-lo, basta subtrair das receitas os custos de produção, a folha de pagamentos e os custos fixos e variáveis, desconsiderando as tributações.

Depois, faz-se o levantamento de todos os custos associados aos impostos pagos pela empresa dentro do mesmo período, ponderando-se a desvalorização. De posse de todos esses dados, deve-se aplicar a fórmula:

$$\text{Fluxo de caixa operacional} = (\text{lucro antes dos impostos} + \text{desvalorização}) - \text{impostos}$$

d) Quociente da capacidade de amortização da dívida

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Total do Passivo. A interpretação desse quociente indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.

e) Quociente da atividade operacional

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado das Operações e o Total da Geração Líquida de Caixa. A interpretação desse quociente indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída às atividades operacionais.

2.3.6 Métodos de elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa

A movimentação das disponibilidades de uma empresa de um determinado período está estruturada na DFC através dos fluxos das atividades operacionais, investimento e financiamento. Segundo Iudicibus e Marion (2002, p. 222), podem ser expostas as informações da DFC de uma empresa por dois métodos: o direto e o indireto.

a) Método direto

No que diz respeito ao método direto, Santi Filho (2004, p. 29) afirma que este método “consiste em classificar os recebimentos e pagamentos de uma empresa utilizando as partidas dobradas”, ou seja, gera informações com critérios técnicos.

No entendimento de Padoveze (2007, p. 383), pelo método direto, “estrutura-se a DFC a partir das movimentações efetivadas financeiramente e constantes nos relatórios contábeis do caixa e equivalentes de caixa”.

Já Iudicibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 402) entendem que o método direto “explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos de fornecedores e empregados”.

Para o CRCSP (1997, p. 112), o fluxo de caixa referente às transações originadas de atividades operacionais pode ser apresentado tanto pelo método direto quanto pelo indireto. O Financial Accounting Standard Board (FASB), através da FAS-95, incentiva, mas não exige a utilização do método direto. Com relação às transações originadas em atividades de investimento ou financiamento, tanto pelo método direto quanto pelo indireto, não apresentam diferença na demonstração do fluxo de caixa.

Como se verifica, a demonstração pelo método direto facilita ao usuário avaliar a solvência da empresa, pois evidencia toda a movimentação dos recursos financeiros, as origens dos recursos de caixa e onde eles foram aplicados.

b) Método indireto

Conforme Iudícibus e Marion (2002, p. 222), o método indireto consiste em “estender a análise dos itens não-circulantes (própria daquele relatório) às alterações ocorridas nos itens circulantes, excluindo, as disponibilidades, cuja variação se está buscando demonstrar”. Ademais, complementam que, por este método, “são efetuados ajustes ao lucro líquido pelo valor das operações consideradas como receita e despesas, mas que, não afetaram as disponibilidades, de forma que se possa demonstrar a sua variação no período”.

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 402), “o método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso, é também chamado de método de reconciliação”.

3 MÉTODO DE PESQUISA

3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

3.1.1 Classificação quanto à espécie

A tipologia adotada no trabalho foi fundamentada em moldes de uma pesquisa diagnóstica, em que foram coletadas informações e analisadas com o objetivo de avaliar os resultados de uma empresa.

“A pesquisa diagnóstica propõe levantar e definir problemas, explorar o ambiente. O diagnóstico, normalmente, reporta-se a uma situação, em um momento definido. A rigor, qualquer mudança organizacional deveria ser procedida de uma fase de diagnóstico”. (ROESCH, 1996, p. 77).

3.1.2 Classificação segundo os objetivos

Esta pesquisa, quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva. Vergara (2007, p. 47) ressalta que “a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode, também, estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza”. Esta pesquisa se classifica como descritiva, pois se trata de um estudo de caso e os dados foram observados, analisados e interpretados.

3.1.3 Classificação segundo à abordagem do problema

A pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tais como percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros (MICHEL, 2005). Frequentemente, são utilizadas, quando se necessita garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise de interpretação e possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências, ou seja, é projetada para gerar medidas precisas e confiáveis que permitam uma análise estatística. Normalmente, implica a construção de inquéritos por questionário, quando são contatadas muitas pessoas.

Dessa forma, esta pesquisa tem sua natureza quantitativa por traduzir, em resultado mensurável, a classificação e a análise das informações após a utilização de instrumentos estatísticos, possibilitando o resultado mais preciso à entidade.

3.1.4 Classificação segundo os procedimentos técnicos

A pesquisa em questão, quanto aos procedimentos, classifica-se como documental, pois utilizou informações com base em documentos publicados e originais disponibilizados pela empresa. Segundo Vergara (2015, p. 51), “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

3.2 PLANO DE COLETA DE DADOS

Para compor este trabalho, é de suma importância a elaboração de um plano de coleta de dados para que todas as informações necessárias sejam concentradas e analisadas. Dessa forma, para o desenvolvimento do estudo, foi realizada uma entrevista despadronizada ou não estruturada com a contadora (externa), com o gerente financeiro e com o responsável pela cooperativa, no cargo de presidente, ou até mesmo com outro departamento que auxilie com o levantamento de dados. A partir da entrevista, foi possível também acessar os relatórios fiscais, contábeis e gerenciais, essenciais para o embasamento do trabalho e posterior fundamentação para a tomada de decisão.

Conforme Diehl e Tatim (2004, p. 66-67), na entrevista despadronizada ou não estruturada, o entrevistador apresenta total liberdade para desenvolver a entrevista na direção que julgar mais adequada. Representa uma maneira de explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas através de uma conversação informal.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise dos dados ocorreu, primeiramente, com a organização das informações coletadas em documentos e demonstrações financeiras em planilha e reestruturadas para a realização dos cálculos dos indicadores, para, posteriormente, apresentar a interpretação dos

resultados obtidos e finalizar emitindo um demonstrativo dos indicadores relevantes à cooperativa, objeto deste trabalho.

3.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O presente estudo está limitado quanto aos resultados obtidos, pois trata-se de um estudo de caso, podendo os resultados serem aplicados somente na empresa em estudo, porém, os métodos podem ser utilizados em outras empresas. Uma segunda limitação é o período de análise do DFC, o qual fica restrito aos anos de 2018, 2019 e 2020.

4 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO

4.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

O negócio em questão consiste em uma cooperativa de transporte rodoviário nacional e internacional, cuja matriz está localizada na cidade de Ibiraiaras/RS. A empresa possui quatro filiais para melhor atender seus associados, situadas nas cidades de Nova Bassano/RS, Nova Prata/RS, Lagoa Vermelha/RS e Serra/ES.

A COTRAIBI teve início em 2005, quando alguns motoristas autônomos da cidade de Ibiraiaras, que transportavam para a cooperativa agrícola da mesma localidade, precisaram se adequar às normas do transporte e contábil das empresas, a fim de realizar o transporte com toda documentação exigida e receber o valor correspondente às prestações de serviços.

Na atualidade, a cooperativa conta com 13 colaboradores e 460 associados para atender os diversos clientes distribuídos pelo Brasil, de diferentes segmentos. Entre eles, pode-se destacar implementos agrícolas, peças frigoríficas, móveis, estrutura metálica, grãos e fertilizantes.

Figura 1- Empresa Cotraibi



Fonte: Dados primários (2022).

4.2 DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O planejamento significa o ato ou o efeito de planejar, criar um plano para alcançar um determinado objetivo. Esta palavra pode envolver muitas áreas diferentes. É essencial na tomada de decisões e na execução dessas mesmas tarefas.

Importantes elementos para a gestão organizacional, os planejamentos estratégico, tático e operacional emergem como peças de um quebra-cabeça organizacional com a finalidade de delinear, estruturar e detalhar todas as atividades a serem realizadas pela organização com vistas a alcançar seus objetivos. O planejamento estratégico é um processo gerencial que diz respeito à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para sua execução, levando em conta as condições internas e externas à organização e sua evolução esperada.

Ademais, considera premissas básicas que a organização deve respeitar para que todo o processo tenha coerência e sustentação. O planejamento tático é o planejamento realizado no nível intermediário da organização e ocupa-se, entre outras coisas, com a alocação de recursos. Integra a estrutura da organização para fazer frente aos desafios estratégicos, desdobrando os objetivos institucionais em objetivos departamentais. Por fim, o planejamento operacional é a formalização dos objetivos e das estratégias a serem desenvolvidas pelos baixos níveis de gerência.

4.2.1 Pontos Fortes

O carro chefe da cooperativa é que qualquer cidadão que tenha objetivos em comum e se enquadre nas normas da cooperativa pode se tornar membro, para fins de crescimento como um todo.

Também é referência a credibilidade com os clientes já existentes, pois tem uma história sólida há 17 anos, além de ter contato direto com os associados, que são todos conhecidos dos colaboradores de cada unidade. O bom relacionamento com as instituições financeiras se faz presente desde o início de suas atividades.

Ademais, apresenta uma grande diversidade nos veículos disponíveis para o transporte e esse ponto ajuda muito na flexibilidade de negociações com os tomadores de serviço e, por se tratar de uma cooperativa, tem menores taxas administrativas. Agora, conta também com transporte internacional.

4.2.2 Pontos Fracos

Um ponto muito importante, por se tratar de uma cooperativa, é que o gestor pode ser qualquer associado, tornando-se um ponto delicado, pois ele pode não ter experiência alguma como administrador, acarretando em um gerenciamento inadequado, fazendo com que a entidade não tenha um bom desenvolvimento.

Em determinados períodos, existe a falta de veículos para suprir as demandas dos clientes, visto que o associado não é obrigado a fazer o transporte apenas pela cooperativa. Outro ponto é que não ocorrem coletas fracionadas. Uma questão que deixa a desejar é que não há outros pontos de apoio para os motoristas e muitas empresas exigem que o caminhão tenha rastreador.

4.2.3 Oportunidades

Como se trata de uma cooperativa, ela busca agregar valor ao serviço do associado, dando melhores condições de trabalho, tanto no serviço oferecido quanto na ajuda financeira para o transporte de seu sócio. Isso fez com que novas rotas de mercado abrissem e, agora, há o serviço do transporte internacional. Esse fato fez com que se captassem novos associados e novos clientes. Uma outra questão que vem agregando conhecimento e valor para a entidade são as instituições de ensino focadas em treinamentos específicos para a cooperativa.

4.2.4 Ameaças

Diversos fatores ameaçam uma cooperativa. Um dos principais são os tomadores de serviço adquirindo seus próprios veículos para a movimentação do seu produto, fator que, além de tirar esse serviço da cooperativa, faz com que outros transportadores acabem baixando o valor de mercado, acarretando em menor ganho para o associado. Outro ponto em questão diz respeito ao setor que transporta os cereais, pois, se o clima não favorecer uma boa safra, haverá menos produto a ser movimentado, tornando a disputa ainda maior.

4.3 APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE VERTICAL E ANÁLISE HORIZONTAL

4.3.1 Análise horizontal das contas do Balanço patrimonial da Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras, no período de 2019 – 2021

Para a análise horizontal, foram analisadas as contas do ativo e do passivo do balanço patrimonial, entre 2019 e 2021, que tiveram as maiores variações de porcentagens em comparação ao ano base, respectivamente, o ano de 2019.

Tabela 1- Análise horizontal das contas do balanço patrimonial da Cooperativa no período de 2019 – 2021

	2019	AH 2019	2020	AH 2020	2021	AH 2021
ATIVO	R\$ 5.691.090,67	100,00%	R\$ 7.184.829,95	126,25%	R\$ 8.656.439,17	120,48%
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 5.471.478,72	100,00%	R\$ 7.002.274,66	127,98%	R\$ 8.031.578,55	114,70%
DISPONÍVEL	R\$ 407.752,97	100,00%	R\$ 591.672,65	145,11%	R\$ 583.185,97	98,57%
DISPONIBILIDADES	R\$ 407.752,97	100,00%	R\$ 591.672,65	145,11%	R\$ 583.185,97	98,57%
CAIXA	R\$ 105.166,20	100,00%	R\$ 108.112,80	102,80%	R\$ 108.986,36	100,81%
BANCOS CONTA MOVIMENTO	R\$ 296.353,26	100,00%	R\$ 482.835,39	162,93%	R\$ 474.199,61	98,21%
CARGAS EM CARTÕES	R\$ 1.824,10	100,00%				
BANCOS CONTA APLICAÇÃO IMEDIATA	R\$ 4.409,41	100,00%				
CRÉDITOS DE FUNCIONAMENTO	R\$ 5.063.725,75	100,00%	R\$ 6.410.602,01	126,60%	R\$ 7.448.392,58	116,19%
CONTAS A RECEBER	R\$ 4.261.218,81	100,00%	R\$ 5.153.830,16	120,95%	R\$ 5.991.481,33	116,25%
CLIENTES	R\$ 1.801.169,03	100,00%	R\$ 1.752.029,30	97,27%	R\$ 2.089.019,16	119,23%
CLIENTES FATURADOS	R\$ 2.284.884,31	100,00%	R\$ 2.982.468,50	130,53%	R\$ 3.821.594,13	128,14%
CONTAS A RECEBER - OPERAÇÃO C/SÓCIOS	R\$ 583.268,77	100,00%	R\$ 977.435,66	167,58%	R\$ 757.136,57	77,46%
(-) PROVISÃO PARA LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	-R\$ 408.103,30	100,00%	-R\$ 558.103,30	136,76%	-R\$ 676.268,53	121,17%
VALORES A RECEBER	R\$ 327.490,79	100,00%	R\$ 262.133,17	80,04%	R\$ 672.224,58	256,44%
CHEQUES A RECEBER	R\$ 327.490,79	100,00%	R\$ 262.133,17	80,04%	R\$ 672.224,58	256,44%
ADIANTAMENTOS	R\$ 209.820,69	100,00%	R\$ 203.719,12	97,09%	R\$ 280.498,65	137,69%
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	R\$ 3.114,41	100,00%	R\$ 1.832,63	58,84%	R\$ 1.380,08	75,31%
ADIANTAMENTOS A ASSOCIADOS	R\$ 199.411,72	100,00%	R\$ 195.717,09	98,15%	R\$ 266.697,98	136,27%
ADIANTAMNETO A FORNECEDORES	R\$ 7.294,56	100,00%	R\$ 616.940,00	8457,54%	R\$ 12.420,59	2,01%
ESTOQUES	R\$ 77.172,24	100,00%	R\$ 253.480,26	328,46%	R\$ 276.263,78	108,99%
ESTOQUES DE MERCADORIAS	R\$ 77.172,21	100,00%	R\$ 253.480,26	328,46%	R\$ 276.263,78	108,99%
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	R\$ 52.442,72	100,00%	R\$ 37.858,80	72,19%	R\$ 45.053,50	119,00%
CSLL A RECUPERAR		100,00%	R\$ 1.470,18	#DIV/0!	R\$ 1.470,18	100,00%
ICMS A RECUPERAR	R\$ 10.014,02	100,00%	R\$ 9.276,85	92,64%	R\$ 12.743,27	137,37%
IRRF A RECUPERAR	R\$ 3.682,77	100,00%				
IRPJ A RECUPERAR	R\$ 1.071,50	100,00%	R\$ 3.201,59	298,80%	R\$ 3.201,59	100,00%
IRRF S/APLIC.FINAN. A RECUPERAR		100,00%	R\$ 210,48		R\$ 210,48	100,00%
ICMS UB APURAÇÃO ST A RECUPERAR	R\$ 37.674,43	100,00%	R\$ 23.699,70	62,91%	R\$ 23.699,70	100,00%
ICMS OUTRA UF A RECUPERAR		100,00%			R\$ 3.728,28	
OUTROS CRÉDITOS	R\$ 135.580,50	100,00%	R\$ 499.580,50	368,48%	R\$ 182.870,41	36,60%
DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 135.580,50	100,00%	R\$ 499.580,50	368,48%	R\$ 182.870,41	36,60%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 219.611,95	100,00%	R\$ 182.555,29	83,13%	R\$ 624.860,62	342,29%
INVESTIMENTOS	R\$ 219.611,95	100,00%	R\$ 182.555,29	83,13%	R\$ 624.860,62	342,29%
CRÉDITOS FISCAIS	R\$ 156,03	100,00%	R\$ 770,77	493,99%		0,00%
Créditos Previdenciários	R\$ 156,03	100,00%	R\$ 770,77	493,99%		0,00%
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	R\$ 87.445,75	100,00%	R\$ 100.125,50	114,50%	R\$ 108.151,98	108,02%
Sicredi	R\$ 77.445,75	100,00%	R\$ 85.124,50	109,92%	R\$ 93.046,38	109,31%
Cooperativa Central Rede Transporte	R\$ 10.000,00	100,00%	R\$ 10.000,00	100,00%	R\$ 10.000,00	100,00%
CRESOL		100,00%	R\$ 5.001,00		R\$ 5.105,60	102,09%
IMOBILIZADO	R\$ 268.959,31	100,00%	R\$ 219.859,31	81,74%	R\$ 316.340,51	143,88%
Máquinas e Equipamentos	R\$ 62.178,59	100,00%	R\$ 62.778,59	100,96%	R\$ 70.915,79	112,96%
Equipamentos de CPD	R\$ 65.637,83	100,00%	R\$ 65.637,83	100,00%	R\$ 78.267,83	119,24%
Móveis e Utensílios	R\$ 36.541,00	100,00%	R\$ 43.341,00	118,61%	R\$ 106.055,00	244,70%
Veículos	R\$ 104.601,89	100,00%	R\$ 48.101,59	45,99%	R\$ 64.101,89	133,26%
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS	-R\$ 136.949,14	100,00%	-R\$ 138.200,29	100,91%	-R\$ 163.631,87	118,40%

	2019	AH 2019	2020	AH 2020	2021	AH 2021
INTANGÍVEL						
Softwares	R\$ 14.000,00	100,00%	R\$ 14.000,00	100,00%	R\$ 14.000,00	100,00%
(-) AMORTIZAÇÕES	-R\$ 14.000,00	100,00%	-R\$ 14.000,00	100,00%	-R\$ 14.000,00	100,00%
PASSIVO	R\$ 5.691.090,67	100,00%	R\$ 7.184.829,95	126,25%	R\$ 8.656.439,17	120,48%
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 1.938.132,20	100,00%	R\$ 2.864.027,33	147,77%	R\$ 3.402.572,60	118,80%
DÉBITOS DE FUNCIONAMENTO	R\$ 1.938.132,20	100,00%	R\$ 2.864.027,33	147,77%	R\$ 3.402.572,60	118,80%
FORNECEDORES	R\$ 610.738,72	100,00%	R\$ 662.713,62	108,51%	R\$ 910.290,48	137,36%
Fornecedores de Mercadorias	R\$ 59.485,34	100,00%	R\$ 639.355,56	1074,81%	R\$ 868.912,03	135,90%
Fornecedores de Serviços	R\$ 21.253,38	100,00%	R\$ 23.358,06	109,90%	R\$ 41.378,45	177,15%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIB. E TRABALHISTAS	R\$ 201.863,09	100,00%	R\$ 354.266,90	175,50%	R\$ 472.090,39	133,26%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	R\$ 93.755,34	100,00%	R\$ 115.284,54	122,96%	R\$ 134.378,51	116,56%
INSS Cooperados a Recolher	R\$ 56.800,21	100,00%	R\$ 69.354,94	122,10%	R\$ 78.884,14	113,74%
INSS a Recolher	R\$ 23.684,94	100,00%	R\$ 23.619,33	99,72%	R\$ 36.629,60	155,08%
FGTS a Recolher	R\$ 3.851,89	100,00%	R\$ 3.992,19	103,64%	R\$ 4.739,01	118,71%
Contribuições Sindicais a Recolher	R\$ 66,71	100,00%	R\$ 66,71	100,00%		0,00%
COFINS a Recolher	R\$ 6.721,91	100,00%	R\$ 14.152,38	210,54%	R\$ 8.790,95	62,12%
PIS a Recolher	R\$ 1.456,41	100,00%	R\$ 3.027,35	207,86%	R\$ 1.904,70	62,92%
CSL a Recolher	R\$ 403,35	100,00%		0,00%	R\$ 766,84	
Retenção PIS, COFINS e CSL a recolher	R\$ 138,02	100,00%	R\$ 417,14	302,23%	R\$ 1.886,18	452,17%
PIS s/folha pagamento	R\$ 631,90	100,00%	R\$ 654,50	103,58%	R\$ 777,09	118,73%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	R\$ 40.945,08	100,00%	R\$ 168.793,15	412,24%	R\$ 238.592,35	141,35%
ICMS a Recolher	R\$ 28.851,58	100,00%	R\$ 152.203,28	527,54%	R\$ 220.619,68	144,95%
ISS a Recolher		100,00%	R\$ 351,40		R\$ 324,50	92,34%
IRRF s/Trabalho Assalariado a Recolher	R\$ 9.649,14	100,00%	R\$ 10.637,35	110,24%	R\$ 13.390,76	125,88%
IRRF s/serv. associados a recolher		100,00%	R\$ 3.655,93		R\$ 2.220,31	60,73%
IRRF s/Trabalho Autônomo a Recolher	R\$ 1.653,06	100,00%	R\$ 1.653,03	100,00%	R\$ 822,16	49,74%
IRRF a Recolher	R\$ 52,41	100,00%	R\$ 121,29	231,43%	R\$ 51,51	42,47%
IRPJ a Recolher	R\$ 672,24	100,00%		0,00%	R\$ 1.041,77	
ICMS DIFAL Destino a recolher	R\$ 13,33	100,00%		0,00%	R\$ 55,00	
ICMS DIFAL remetente a recolher	R\$ 53,32	100,00%	R\$ 170,84	320,41%	R\$ 66,66	39,02%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 67.162,67	100,00%	R\$ 70.189,21	104,51%	R\$ 99.119,53	141,22%
Salários a Pagar	R\$ 20.658,60	100,00%	R\$ 23.358,74	113,07%	R\$ 30.673,80	131,32%
Prov.Administração e Cédulas a pagar	R\$ 15.639,44	100,00%	R\$ 14.872,68	95,10%	R\$ 18.839,26	126,67%
Gratificações a pagar	R\$ 30.864,63	100,00%	R\$ 31.957,79	103,54%	R\$ 49.606,47	155,22%
ADIANTAMENTOS	R\$ 67.292,15	100,00%	R\$ 83.181,89	123,61%	R\$ 194.808,23	234,20%
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	R\$ 67.292,15	100,00%	R\$ 83.181,89	123,61%	R\$ 194.808,23	234,20%
Adiantamentos recebidos de clientes	R\$ 67.292,15	100,00%	R\$ 83.181,89	123,61%	R\$ 194.808,23	234,20%
OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS	R\$ 524.321,41	100,00%	R\$ 597.965,97	114,05%	R\$ 531.698,45	88,92%
OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS	R\$ 447.714,12	100,00%	R\$ 529.616,57	118,29%	R\$ 452.464,11	85,43%
Repasso da Produção Cooperativa	R\$ 444.919,31	100,00%	R\$ 526.071,85	118,24%	R\$ 444.575,59	84,51%
Diárias a pagar	R\$ 1.836,11	100,00%	R\$ 2.586,02	140,84%	R\$ 2.586,02	100,00%
Pedágios a pagar		100,00%			R\$ 4.343,80	
IRRF Retido indevidamente	R\$ 882,75	100,00%	R\$ 882,75	100,00%	R\$ 882,75	100,00%
Adiantamento para seguro	R\$ 75,95	100,00%	R\$ 75,95	100,00%	R\$ 75,95	100,00%
OBRIGAÇÕES COM UNIMILITÂNCIAS	R\$ 76.607,36	100,00%	R\$ 68.349,40	89,22%	R\$ 79.234,34	115,93%
Unimilitância a pagar	R\$ 76.607,26	100,00%	R\$ 68.349,40	89,22%	R\$ 79.234,34	115,93%
PROVISÕES	R\$ 36.765,76	100,00%	R\$ 20.109,81	54,70%	R\$ 19.430,49	96,62%
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 36.765,76	100,00%	R\$ 20.109,81	54,92%	R\$ 19.430,46	96,23%
Provisão p/Férias	R\$ 19.105,76	100,00%	R\$ 14.700,16	76,94%	R\$ 14.265,39	97,04%
Provisão INSS s/férias e 13º	R\$ 12.264,05	100,00%	R\$ 4.233,64	34,52%	R\$ 4.023,84	95,04%
Provisão p/FGTS s/Férias/13º.Salário	R\$ 5.395,95	100,00%	R\$ 1.176,01	21,79%	R\$ 1.141,23	97,04%
DÉBITOS FINANCEIROS E EMPRÉSTIMOS	R\$ 497.151,08	100,00%	R\$ 1.145.789,14	230,47%	R\$ 1.274.254,59	111,21%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ 0,01	100,00%	R\$ 0,01	100,00%	R\$ 0,02	200,00%
CHEQUES A COMPENSAR	R\$ 482.778,67	100,00%	R\$ 890.281,09	184,41%	R\$ 1.116.955,35	125,46%
FINANCIAMENTOS DO IMOBILIZADO		100,00%	R\$ 244.361,59		R\$ 157.299,22	64,37%
MÚTUO IPIRANGA	R\$ 14.372,39	100,00%	R\$ 11.146,48	77,55%		0,00%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 23.742,84	100,00%	R\$ 23.838,40	100,40%	R\$ 87.839,03	368,48%
DEBITOS COM PESSOAS LIGADAS	R\$ 23.742,84	100,00%	R\$ 23.838,40	100,40%	R\$ 87.839,03	368,48%
Capital Social a Restituir	R\$ 23.742,84	100,00%	R\$ 23.838,40	100,40%	R\$ 87.839,03	368,48%

	2019	AH 2019	2020	AH 2020	2021	AH 2021
PATRIMONIO LÍQUIDO	R\$ 3.729.485,63	100,00%	R\$ 4.296.964,22	115,22%	R\$ 5.166.027,54	120,23%
CAPITAL, RESERVAS E FUNDOS	R\$ 3.729.485,63	100,00%	R\$ 4.296.964,22	115,22%	R\$ 5.166.027,54	120,23%
CAPITAL SOCIAL	R\$ 1.288.890,21	100,00%	R\$ 1.514.669,26	117,52%	R\$ 1.667.272,54	110,08%
RESERVAS E FUNDOS	R\$ 2.041.991,91	100,00%	R\$ 2.385.630,82	116,83%	R\$ 2.791.698,98	117,02%
Reserva Legal	R\$ 1.626.837,95	100,00%	R\$ 1.872.806,08	115,12%	R\$ 2.154.321,20	115,03%
Reserva de Assistência Técnica Educ.Social	R\$ 323.150,88	100,00%	R\$ 379.085,73	117,31%	R\$ 445.922,04	117,63%
Fundo de Reserva Seguro	R\$ 92.003,02	100,00%	R\$ 133.739,01	145,36%	R\$ 191.455,74	143,16%
SOBRAS OU PERDAS	R\$ 398.603,51	100,00%	R\$ 396.664,14	99,51%	R\$ 707.056,02	178,25%
Sobras do Exercício Corrente	R\$ 398.603,51	100,00%	R\$ 396.664,14	99,51%	R\$ 707.056,02	178,25%

Fonte: Dados primários (2022).

Na análise horizontal, pôde-se observar que as contas que obtiveram variações mais consideráveis foram: Bancos Conta Movimento, Valores a Receber, Estoques e Investimentos. Na conta Banco Conta Movimento, o ano base de 2019 apresentou uma porcentagem de 100%, houve variação de 162,93% para o ano de 2020 e 98,21% no ano de 2021. Assim, é possível entender que as disponibilidades aumentaram indicando que houve maior pagamento dos clientes, principalmente, no ano de 2020, mostrando, assim, que houve maior tomada de serviço. Já, em 2021, houve um pequeno regresso.

Os Valores a Receber apresentaram uma grande variação em relação ao ano base. Com os respectivos aumentos, 80,04% em 2020 e um enorme salto de 256,44% no ano de 2021. Isso mostra que a cooperativa mais que dobrou seus serviços nesse período de três anos analisados. Entende-se que, no período de 2021, a empresa obteve um ótimo nível de serviços prestados.

O Estoque demonstra uma grande variação, com relação ao ano base. O ano de 2020 teve um aumento de 328,46% e, em 2021, um crescimento de 108,99%. Esse aumento mostra que a empresa teve um grande aporte retido no ano de 2020, mas que conseguiu fazer solvência do mesmo no ano seguinte, quando baixou mais da metade de seus estoques.

Na conta Investimentos, outra grande melhora em relação ao ano base. Em 2020, ocorreu uma variação de 83,13% e, no ano de 2021, de 342,29%. Essa variação mostra que a empresa está indo super bem nos seus resultados, pois mais que triplicou seus investimentos, provando que a cooperativa está tendo sobras consideráveis.

No Passivo, observou-se que as contas com maiores variações são: Retenção de PIS, COFINS e CSL a Recolher, ICMS a Recolher, Empréstimos e Financiamentos. Em Retenção de PIS, COFINS e CSL a Recolher, em relação ao ano base de 2019, ocorreu um aumento considerável quando se olha a porcentagem. Em 2020, foi para 302,23% e, em 2021, para 452,17%, porém, ao analisar em valores reais, constata-se que passou de R\$ 138,02 no primeiro ano analisado para R\$ 1.1886,18 no último exercício da análise, o que não é nada grave, visto que o volume de serviço aumentou equiparadamente.

Na conta ICMS a recolher, ocorreu um grande salto em 2020, totalizando 527,54% equiparado ao ano base, e, em 2021, retrocedeu para 144,95%. Esses números mostram que, no ano de 2020, a cooperativa teve um maior volume de vendas de um produto.

Empréstimos e Financiamentos foi uma conta que, no segundo ano analisado, manteve-se igual ao ano base. Já, em 2021, dobrou. A análise da porcentagem mostra que a empresa precisaria de mais recursos de terceiros para se manter, contudo, ao analisarmos os valores em reais, é totalmente diferente, visto que passou de R\$ 0,01 em 2019 e 2020 para R\$ 0,02 em 2021. Esses valores mostram que a empresa está trabalhando apenas com recursos próprios.

4.3.2 Análise Vertical das contas do Balanço Patrimonial da Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras, no período de 2019 - 2021

Para a Análise Vertical, também foram analisadas as contas do ativo e do passivo do balanço patrimonial, entre 2019 e 2021, as quais tiveram maiores variações de porcentagens comparando um ano com o outro. Por conseguinte, foi possível observar o que houve de aumento e de diminuição durante esses três anos.

Tabela 2- Análise vertical das contas de balanço patrimonial da Cooperativa no período de 2019 – 2021

	2019	AV 2019	2020	AV 2020	2021	AV 2021
ATIVO	R\$ 5.691.090,67	975,72%	R\$ 7.184.829,95	735,07%	R\$ 8.656.439,17	1484,13%
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 5.471.478,72	938,07%	R\$ 7.002.274,66	716,39%	R\$ 8.031.578,55	1376,99%
DISPONÍVEL	R\$ 407.752,97	69,91%	R\$ 591.672,65	60,53%	R\$ 583.185,97	99,99%
DISPONIBILIDADES	R\$ 407.752,97	69,91%	R\$ 591.672,65	60,53%	R\$ 583.185,97	99,99%
CAIXA	R\$ 105.166,20	18,03%	R\$ 108.112,80	11,06%	R\$ 108.986,36	18,69%
BANCOS CONTA MOVIMENTO	R\$ 296.353,26	50,81%	R\$ 482.835,39	49,40%	R\$ 474.199,61	81,30%
CARGAS EM CARTÕES	R\$ 1.824,10	0,31%				
BANCOS CONTA APLICAÇÃO IMEDIATA	R\$ 4.409,41	0,76%				
CRÉDITOS DE FUNCIONAMENTO	R\$ 5.063.725,75	868,16%	R\$ 6.410.602,01	655,86%	R\$ 7.448.392,58	1277,01%
CONTAS A RECEBER	R\$ 4.261.218,81	730,58%	R\$ 5.153.830,16	527,28%	R\$ 5.991.481,33	1027,22%
CLIENTES	R\$ 1.801.169,03	308,81%	R\$ 1.752.029,30	179,25%	R\$ 2.089.019,16	358,16%
CLIENTES FATURADOS	R\$ 2.284.884,31	391,74%	R\$ 2.982.468,50	305,13%	R\$ 3.821.594,13	655,20%
CONTAS A RECEBER - OPERAÇÃO C/SÓCIOS	R\$ 583.268,77	100,00%	R\$ 977.435,66	100,00%	R\$ 757.136,57	129,81%
(-) PROVISÃO PARA LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	-R\$ 408.103,30	-69,97%	-R\$ 558.103,30	-57,10%	-R\$ 676.268,53	-115,94%
VALORES A RECEBER	R\$ 327.490,79	56,15%	R\$ 262.133,17	26,82%	R\$ 672.224,58	115,25%
CHEQUES A RECEBER	R\$ 327.490,79	56,15%	R\$ 262.133,17	26,82%	R\$ 672.224,58	115,25%
ADIANTAMENTOS	R\$ 209.820,69	35,97%	R\$ 203.719,12	20,84%	R\$ 280.498,65	48,09%
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	R\$ 3.114,41	0,53%	R\$ 1.832,63	0,19%	R\$ 1.380,08	0,24%
ADIANTAMENTOS A ASSOCIADOS	R\$ 199.411,72	34,19%	R\$ 195.717,09	20,02%	R\$ 266.697,98	45,72%
ADIANTAMNETO A FORNECEDORES	R\$ 7.294,56	1,25%	R\$ 616.940,00	63,12%	R\$ 12.420,59	2,13%
ESTOQUES	R\$ 77.172,24	13,23%	R\$ 253.480,26	25,93%	R\$ 276.263,78	47,36%
ESTOQUES DE MERCADORIAS	R\$ 77.172,24	13,23%	R\$ 253.480,26	25,93%	R\$ 276.263,78	47,36%

	2019	AV 2019	2020	AV 2020	2021	AV 2021
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	R\$ 52.442,72	8,99%	R\$ 37.858,80	3,87%	R\$ 45.053,50	7,72%
CSLL A RECUPERAR		0,00%	R\$ 1.470,18	0,15%	R\$ 1.470,18	0,25%
ICMS A RECUPERAR	R\$ 10.014,02	1,72%	R\$ 9.276,85	0,95%	R\$ 12.743,27	2,18%
IRRF A RECUPERAR	R\$ 3.682,77	0,63%				
IRPJ A RECUPERAR	R\$ 1.071,50	0,18%	R\$ 3.201,59	0,33%	R\$ 3.201,59	0,55%
IRRF S/APLIC.FINAN. A RECUPERAR		0,00%	R\$ 210,48	0,02%	R\$ 210,48	0,04%
ICMS UB APURAÇÃO ST A RECUPERAR	R\$ 37.674,43	6,46%	R\$ 23.699,70	2,42%	R\$ 23.699,70	4,06%
ICMS OUTRA UF A RECUPERAR		0,00%			R\$ 3.728,28	0,64%
OUTROS CRÉDITOS	R\$ 135.580,50	23,24%	R\$ 499.580,50	51,11%	R\$ 182.870,41	31,35%
DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 135.580,50	23,24%	R\$ 499.580,50	51,11%	R\$ 182.870,74	31,35%
		0,00%		0,00%		0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 219.611,95	37,65%	R\$ 182.555,29	18,68%	R\$ 624.860,62	107,13%
INVESTIMENTOS	R\$ 219.611,95	37,65%	R\$ 182.555,29	18,68%	R\$ 624.860,62	107,13%
CRÉDITOS FISCAIS	R\$ 156,03	0,03%	R\$ 770,77	0,08%		0,00%
Créditos Previdenciários	R\$ 156,03	0,03%	R\$ 770,77	0,08%		0,00%
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	R\$ 87.445,75	14,99%	R\$ 100.125,50	10,24%	R\$ 108.151,98	18,54%
Sicredi	R\$ 77.445,75	13,28%	R\$ 85.124,50	8,71%	R\$ 93.046,38	15,95%
Cooperativa Central Rede Transporte	R\$ 10.000,00	1,71%	R\$ 10.000,00	1,02%	R\$ 10.000,00	1,71%
CRESOL		0,00%	R\$ 5.001,00	0,51%	R\$ 5.105,60	0,88%
IMOBILIZADO	R\$ 268.959,31	46,11%	R\$ 219.859,31	22,49%	R\$ 316.340,51	54,24%
Máquinas e Equipamentos	R\$ 62.178,59	10,66%	R\$ 62.778,59	6,42%	R\$ 70.915,79	12,16%
Equipamentos de CPD	R\$ 65.637,83	11,25%	R\$ 65.637,83	6,72%	R\$ 78.267,83	13,42%
Móveis e Utensílios	R\$ 36.541,00	6,26%	R\$ 43.341,00	4,43%	R\$ 106.055,00	18,18%
Veículos	R\$ 104.601,89	17,93%	R\$ 48.101,59	4,92%	R\$ 64.101,89	10,99%
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS	-R\$ 136.949,14	-23,48%	-R\$ 138.200,29	-14,14%	-R\$ 163.631,87	-28,05%
INTANGÍVEL						
Softwares	R\$ 14.000,00	2,40%	R\$ 14.000,00	1,43%	R\$ 14.000,00	2,40%
(-) AMORTIZAÇÕES	-R\$ 14.000,00	-2,40%	-R\$ 14.000,00	-1,43%	-R\$ 14.000,00	-2,40%
PASSIVO	R\$ 5.691.090,67	975,72%	R\$ 7.184.829,95	735,07%	R\$ 8.656.439,17	1484,13%
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 1.938.132,20	332,29%	R\$ 2.864.027,33	293,01%	R\$ 3.402.572,60	583,36%
DÉBITOS DE FUNCIONAMENTO	R\$ 1.938.132,20	332,29%	R\$ 2.864.027,33	293,01%	R\$ 3.402.572,60	583,36%
FORNECEDORES	R\$ 610.738,72	104,71%	R\$ 662.713,62	67,80%	R\$ 910.290,48	156,07%
Fornecedores de Mercadorias	R\$ 59.485,34	10,20%	R\$ 639.355,56	65,41%	R\$ 868.912,03	148,97%
Fornecedores de Serviços	R\$ 21.253,38	3,64%	R\$ 23.358,06	2,39%	R\$ 41.378,45	7,09%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIB. E TRABALHISTAS	R\$ 201.863,09	34,61%	R\$ 354.266,90	36,24%	R\$ 472.090,39	80,94%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	R\$ 93.755,34	16,07%	R\$ 115.284,54	11,79%	R\$ 134.378,51	23,04%
INSS Cooperados a Recolher	R\$ 56.800,21	9,74%	R\$ 69.354,94	7,10%	R\$ 78.884,14	13,52%
INSS a Recolher	R\$ 23.684,94	4,06%	R\$ 23.619,33	2,42%	R\$ 36.629,60	6,28%
FGTS a Recolher	R\$ 3.851,89	0,66%	R\$ 3.992,19	0,41%	R\$ 4.739,01	0,81%
Contribuições Sindicais a Recolher	R\$ 66,71	0,01%	R\$ 66,71	0,01%		0,00%
COFINS a Recolher	R\$ 6.721,91	1,15%	R\$ 14.152,38	1,45%	R\$ 8.790,95	1,51%
PIS a Recolher	R\$ 1.456,41	0,25%	R\$ 3.027,35	0,31%	R\$ 1.904,70	0,33%
CSL a Recolher	R\$ 403,35	0,07%		0,00%	R\$ 766,84	0,13%
Retenção PIS, COFINS e CSL a recolher	R\$ 138,02	0,02%	R\$ 417,14	0,04%	R\$ 1.886,18	0,32%
PIS s/folha pagamento	R\$ 631,90	0,11%	R\$ 654,50	0,07%	R\$ 777,09	0,13%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	R\$ 40.945,08	7,02%	R\$ 168.793,15	17,27%	R\$ 238.592,35	40,91%
ICMS a Recolher	R\$ 28.851,58	4,95%	R\$ 152.203,28	15,57%	R\$ 220.619,68	37,82%
ISS a Recolher		0,00%	R\$ 351,40	0,04%	R\$ 324,50	0,06%
IRRF s/Trabalho Assalariado a Recolher	R\$ 9.649,14	1,65%	R\$ 10.637,35	1,09%	R\$ 13.390,76	2,30%
IRRF s/serv.associados a recolher		0,00%	R\$ 3.655,93	0,37%	R\$ 2.220,31	0,38%
IRRF s/Trabalho Autônomo a Recolher	R\$ 1.653,06	0,28%	R\$ 1.653,03	0,17%	R\$ 822,16	0,14%
IRRF a Recolher	R\$ 52,41	0,01%	R\$ 121,29	0,01%	R\$ 51,51	0,01%
IRPJ a Recolher	R\$ 672,24	0,12%		0,00%	R\$ 1.041,77	0,18%
ICMS DIFAL Destino a recolher	R\$ 13,33	0,00%		0,00%	R\$ 55,00	0,01%
ICMS DIFAL remetente a recolher	R\$ 53,32	0,01%	R\$ 170,84	0,02%	R\$ 66,66	0,01%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 67.162,67	11,51%	R\$ 70.189,21	7,18%	R\$ 99.119,53	16,99%
Salários a Pagar	R\$ 20.658,60	3,54%	R\$ 23.358,74	2,39%	R\$ 30.673,80	5,26%
Prov.Administração e Cédulas a pagar	R\$ 15.639,44	2,68%	R\$ 14.872,68	1,52%	R\$ 18.839,26	3,23%
Gratificações a pagar	R\$ 30.864,63	5,29%	R\$ 31.957,79	3,27%	R\$ 49.606,47	8,50%
ADIANTAMENTOS	R\$ 67.292,15	11,54%	R\$ 83.181,89	8,51%	R\$ 194.808,23	33,40%
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	R\$ 67.292,15	11,54%	R\$ 83.181,89	8,51%	R\$ 194.808,23	33,40%
Adiantamentos recebidos de clientes	R\$ 67.292,15	11,54%	R\$ 83.181,89	8,51%	R\$ 194.808,23	33,40%

	2019	AV 2019	2020	AV 2020	2021	AV 2021
OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS	R\$ 524.321,41	89,89%	R\$ 597.965,97	61,18%	R\$ 531.698,45	91,16%
OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS	R\$ 447.714,12	76,76%	R\$ 529.616,57	54,18%	R\$ 452.464,11	77,57%
Repasso da Produção Cooperativa	R\$ 444.919,31	76,28%	R\$ 526.071,85	53,82%	R\$ 444.575,59	76,22%
Diárias a pagar	R\$ 1.836,11	0,31%	R\$ 2.586,02	0,26%	R\$ 2.586,02	0,44%
Pedágios a pagar		0,00%		0,00%	R\$ 4.343,80	0,74%
IRRF Retido indevidamente	R\$ 882,75	0,15%	R\$ 882,75	0,09%	R\$ 882,75	0,15%
Adiantamento para seguro	R\$ 75,95	0,01%	R\$ 75,95	0,01%	R\$ 75,95	0,01%
OBRIGAÇÕES COM UNIMILITÂNCIAS	R\$ 76.607,36	13,13%	R\$ 68.349,40	6,99%	R\$ 79.234,34	13,58%
Unimilitância a pagar	R\$ 76.607,26	13,13%	R\$ 68.349,40	6,99%	R\$ 79.234,34	13,58%
PROVISÕES	R\$ 36.765,76	6,30%	R\$ 20.109,81	2,06%	R\$ 19.430,49	3,33%
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 36.765,76	6,30%	R\$ 20.190,81	2,07%	R\$ 19.430,46	3,33%
Provisão p/Férias	R\$ 19.105,76	3,28%	R\$ 14.700,16	1,50%	R\$ 14.265,39	2,45%
Provisão INSS s/férias e 13°	R\$ 12.264,05	2,10%	R\$ 4.233,64	0,43%	R\$ 4.023,84	0,69%
Provisão p/FGTS s/Férias/13°.Salário	R\$ 5.395,95	0,93%	R\$ 1.176,01	0,12%	R\$ 1.141,23	0,20%
DÉBITOS FINANCEIROS E EMPRÉSTIMOS	R\$ 497.151,08	85,24%	R\$ 1.145.789,14	117,22%	R\$ 1.274.254,59	218,47%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ 0,01	0,00%	R\$ 0,01	0,00%	R\$ 0,02	0,00%
CHEQUES A COMPENSAR	R\$ 482.778,67	82,77%	R\$ 890.281,09	91,08%	R\$ 1.116.955,35	191,50%
FINANCIAMENTOS DO IMOBILIZADO		0,00%	R\$ 244.361,59	25,00%	R\$ 157.299,22	26,97%
MÚTUO IPIRANGA	R\$ 14.372,39	2,46%	R\$ 11.146,48	1,14%		0,00%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 23.742,84	4,07%	R\$ 23.838,40	2,44%	R\$ 87.839,03	15,06%
DEBITOS COM PESSOAS LIGADAS	R\$ 23.742,84	4,07%	R\$ 23.838,40	2,44%	R\$ 87.839,03	15,06%
Capital Social a Restituir	R\$ 23.742,84	4,07%	R\$ 23.838,40	2,44%	R\$ 87.839,03	15,06%
PATRIMONIO LÍQUIDO	R\$ 3.729.485,63	639,41%	R\$ 4.296.964,22	439,62%	R\$ 5.166.027,54	885,70%
CAPITAL, RESERVAS E FUNDOS	R\$ 3.729.485,63	639,41%	R\$ 4.296.964,22	439,62%	R\$ 5.166.027,54	885,70%
CAPITAL SOCIAL	R\$ 1.288.890,21	220,98%	R\$ 1.514.669,26	154,96%	R\$ 1.667.272,54	285,85%
RESERVAS E FUNDOS	R\$ 2.041.991,91	350,09%	R\$ 2.385.630,82	244,07%	R\$ 2.791.698,98	478,63%
Reserva Legal	R\$ 1.626.837,95	278,92%	R\$ 1.872.806,08	191,60%	R\$ 2.154.321,20	369,35%
Reserva de Assistência Técnica Educ.Social	R\$ 323.150,88	55,40%	R\$ 379.085,73	38,78%	R\$ 445.922,04	76,45%
Fundo de Reserva Seguro	R\$ 92.003,02	15,77%	R\$ 133.739,01	13,68%	R\$ 191.455,74	32,82%
SOBRAS OU PERDAS	R\$ 398.603,51	68,34%	R\$ 396.664,14	40,58%	R\$ 707.056,02	121,22%
Sobras do Exercício Corrente	R\$ 398.603,51	68,34%	R\$ 396.664,14	40,58%	R\$ 707.056,02	121,22%

Fonte: Dados primários (2022).

Em sua totalidade, as contas do ativo não sofreram grandes variações de percentuais entre si durante os exercícios analisados. A conta que apresentou uma variação mais significativa foi Clientes, a qual, em 2019, era de 308,81% e baixou para 179,25%, em 2020, tendo, novamente, um aumento, em 2021, para 358,16%. Esse resultado demonstra que, em 2020, houve uma queda nos serviços prestados ou o recebimento ocorreu em menor prazo de tempo. Em 2021, pode ter ocorrido mais demanda de trabalho ou o recebimento teve um ciclo maior.

Para as demais contas, os percentuais se mantiveram estáveis, com pouca variação para mais ou para menos. Para o Passivo e para Patrimônio Líquido, ocorreu o mesmo que com os Ativos da Empresa. Ademais, não houve variações com grandes expressões entre si. A única conta que se pode fazer um breve comentário é a Sobras ou Perdas, que, em 2019, era de 68,34% e diminuiu para 48,58% em 2020, aumentando, significativamente, para 121,22% em 2021.

4.3.3 Análise horizontal das contas da Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras, no período de 2019 – 2021

Para a análise horizontal, foram analisadas as contas da Demonstração de Resultado, entre 2019 e 2021, que tiveram maiores variações de porcentagens em comparação ao ano base, respectivamente o ano de 2019.

Tabela 3- Análise horizontal das contas da demonstração do resultado do exercício da cooperativa no período 2019-2021

	2019	AH 2019	2020	AH 2020	2021	AH 2021
INGRESSO BRUTO	R\$ 44.977.583,18	100,00%	R\$ 52.695.745,08	17,16%	R\$ 70.662.960,43	34,10%
Receita/Ingressos de Serviços de Transportes	R\$ 38.412.524,89	100,00%	R\$ 42.186.445,83	9,82%	R\$ 58.890.119,82	39,59%
Ingressos de Fretes Cooperados - Unimilitância	R\$ 849.795,12	100,00%	R\$ 3.668.274,84	331,67%	R\$ 3.093.118,80	-15,68%
Ingressos Vendas de Mercadorias a Prazo	R\$ 5.715.263,17	100,00%	R\$ 6.841.024,41	19,70%	R\$ 8.679.721,81	26,88%
(-) DEDUÇÃO DOS INGRESSOS BRUTOS	-R\$ 1.706.050,91	100,00%	-R\$ 3.029.370,03	77,57%	-R\$ 4.228.752,83	39,59%
(-) ICMS s/Ingressos de Vendas	-R\$ 26.686,57	100,00%	-R\$ 23.692,59	-11,22%	-R\$ 9.807,33	-58,61%
(-) COFINS s/Faturamento	-R\$ 117.079,51	100,00%	-R\$ 177.744,38	51,82%	-R\$ 213.566,10	20,15%
(-) PIS S/Faturamento	-R\$ 25.367,52	100,00%	-R\$ 38.456,57	51,60%	-R\$ 46.302,82	20,40%
(-) ISS S/ Serviços	-R\$ 31,64	100,00%	-R\$ 75,70	139,25%	-R\$ 1.194,03	1477,32%
(-) Devol.Ingressos de Vendas e Anulação Serviços						
(-) ICMS s/Receita/Ingressos de Serviços	-R\$ 1.662.012,61	100,00%	-R\$ 3.079.290,95	85,27%	-R\$ 4.196.156,36	36,27%
(-) Devolução de Serviços	-R\$ 77.693,51	100,00%	-R\$ 141.170,84	81,70%	-R\$ 388.420,94	175,14%
Crédito Presumido ICMS	R\$ 202.887,10	100,00%	R\$ 432.148,22	113,00%	R\$ 630.252,22	45,84%
(-) ICMS DIFAL	-R\$ 66,65	100,00%	-R\$ 1.087,22	1531,24%	-R\$ 3.557,47	227,21%
INGRESSOS LÍQUIDOS	R\$ 43.271.532,56	100,00%	R\$ 49.666.375,05	14,78%	R\$ 66.434.207,57	33,76%
CUSTOS DOS SERVIÇOS E MERCADORIAS VENDIDAS	R\$ 41.194.592,48	100,00%	R\$ 47.303.405,03	14,83%	R\$ 63.316.079,01	33,85%
CUSTO DOS SERVIÇOS	R\$ 35.395.330,88	100,00%	R\$ 40.489.942,22	14,39%	R\$ 54.333.335,34	34,19%
CUSTO DAS MERCADORIA	R\$ 5.370.597,75	100,00%	R\$ 6.391.277,37	19,00%	R\$ 8.217.863,83	28,58%
CUSTOS GERAIS (INDIRETOS)	R\$ 428.663,85	100,00%	R\$ 422.185,44	-1,51%	R\$ 764.879,84	81,17%
INGRESSOS BRUTO	R\$ 2.076.940,08	100,00%	R\$ 2.362.970,02	13,77%	R\$ 3.118.128,56	31,96%
DISPÊNDIOS OPERACIONAIS DO ATO COOPERATIVO	R\$ 1.586.699,50	100,00%	R\$ 1.793.783,98	13,05%	R\$ 2.133.052,91	18,91%
ADMINISTRATIVOS	R\$ 1.573.204,71	100,00%	R\$ 1.494.625,34	-4,99%	R\$ 1.872.532,31	25,28%
COM PESSOAL	R\$ 971.695,81	100,00%	R\$ 882.444,62	-9,19%	R\$ 1.111.020,76	25,90%
PROVISÕES PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO	R\$ 122.265,06	100,00%	R\$ 94.350,50	-22,83%	R\$ 114.221,95	21,06%
GERAIS	R\$ 479.243,84	100,00%	R\$ 514.830,22	7,43%	R\$ 647.289,60	25,73%
TRIBUTÁRIOS (imposto e taxas/sindical/IPVA/IOF)	R\$ 32.462,11	100,00%	R\$ 56.359,26	73,62%	R\$ 40.821,94	-27,57%
MULTAS	R\$ 19.777,07	100,00%	R\$ 19.734,28	-0,22%	R\$ 3.794,49	-80,77%
APLICAÇÃO FATES	R\$ 32.423,70	100,00%	R\$ 2.944,80	-90,92%	R\$ 5.899,67	100,34%
RESULTADO FINANCEIRO	R\$ 126.168,09	100,00%	R\$ 76.421,02	-39,43%	R\$ 91.839,27	20,18%
DISPÊNDIOS FINANCEIROS		100,00%	R\$ 138.191,50		R\$ 190.218,11	37,65%
INGRESSOS FINANCEIROS		100,00%	R\$ 68.371,95		R\$ 98.378,84	43,89%
PROVISÃO CRED.LIQ.DUVIDOSA	R\$ 55.000,00	100,00%	R\$ 150.000,00	172,73%	R\$ 118.165,23	-21,22%
OUTROS INGR./DISP.OPERAC. ATO COOPERATIVO	R\$ 32.293,02	100,00%	R\$ 123.076,25	281,12%	R\$ 118.122,05	-4,03%
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS (distr.sob	R\$ 41.692,69	100,00%	R\$ 73.266.367,00	175629,53%	R\$ 6.857,85	-99,99%
OUTROS DISPÊNDIOS OPERACIONAIS (brindes e doações	R\$ 73.985,71	100,00%	R\$ 135.262,90	82,82%	R\$ 124.979,90	-7,60%
OUTRAS RECEITAS OPERAC.ATO NÃO COOPETATIVO	R\$ 25.000,00	100,00%		-100,00%		
VENDA DE IMOBILIZADO	R\$ 25.000,00	100,00%		-100,00%		
SOBRA/RECEITA LÍQUIDA ANTES DOS IR E CSL	R\$ 482.947,56	100,00%	R\$ 510.490,56	5,70%	R\$ 866.953,60	69,83%
PROVISÃO PARA IRPJ	R\$ 6.963,89	100,00%	R\$ 7.015,75	0,74%	R\$ 6.173,88	-12,00%
PROVISÃO PARA CSLL	R\$ 4.178,34	100,00%	R\$ 4.209,45	0,74%	R\$ 3.704,33	-12,00%
SOBRA LÍQUIDA ANTES DAS DESTINAÇÕES	R\$ 471.805,33	100,00%	R\$ 499.265,36	5,82%	R\$ 857.075,39	71,67%
REVERSÃO DO FATES (+)	R\$ 32.423,70	100,00%	R\$ 2.944,80	-90,92%	R\$ 5.899,67	100,34%
BASE DE CÁLCULO DAS DESTINAÇÕES	R\$ 504.229,03	100,00%	R\$ 502.210,16	-0,40%	R\$ 862.975,06	71,84%
RESERVA LEGAL (10%)	R\$ 46.894,53	100,00%	R\$ 46.666,37	-0,49%	R\$ 83.183,06	78,25%
FATES (5%)	R\$ 23.447,27	100,00%	R\$ 23.333,18	-0,49%	R\$ 41.591,53	78,25%
FATES (ATO NÃO COOPERATIVO)	R\$ 35.283,72	100,00%	R\$ 35.546,47	0,74%	R\$ 31.144,45	-12,38%
SOBRA LÍQUIDA A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	R\$ 398.603,51	100,00%	R\$ 396.664,14	-0,49%	R\$ 707.056,02	78,25%

Fonte: Dados primários (2022).

Na análise horizontal, pode-se observar que as contas que obtiveram variações mais consideráveis foram: Ingressos Líquidos, Ingressos Brutos e Sobra Líquida antes das destinações. Na conta Ingressos Líquidos, o ano base de 2019 apresentou uma porcentagem de 100%, houve variação de 14,78% no ano de 2020 e 33,76% no ano de 2021. Assim, é possível entender que as prestações de serviço da cooperativa aumentaram, indicando que está havendo um bom trabalho, principalmente, no ano de 2021.

Os Ingressos Brutos também apresentaram uma variação considerável em relação ao ano base. Os respectivos aumentos, 13,77% em 2020 e um salto para 31,96% no ano de 2021, mostram que a cooperativa mais que dobrou seus serviços nesse período de três anos analisados. Ademais, assim como nos Ingressos Líquidos, conseguiu manter os padrões de deduções muito semelhantes.

Na conta Sobras Líquidas, percebe-se uma grande variação com relação ao ano base, ou seja, 2020 teve um aumento de 5,82% e 2021 um aumento de 71,67%, mostrando que suas sobras, entre o primeiro e o último ano analisado, praticamente dobraram, evidenciando que a diretoria está fazendo um bom trabalho.

4.3.4 Análise Vertical das contas da Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa dos Transportadores de Ibiraiaras, no período de 2019 - 2021

Para a Análise Vertical, também foram analisadas as contas da Demonstração de Resultado, entre 2019 e 2021, que tiveram maiores variações de porcentagens comparando um ano com o outro. Por conseguinte, foi possível observar o que houve de aumento e de diminuição durante esses três anos.

Tabela 4- Análise horizontal das contas da demonstração do resultado do exercício da cooperativa no período 2019-2021

	2019	AV 2019	2020	AV 2020	2021	AV 2021
INGRESSO BRUTO	R\$ 44.977.583,18	3,94%	R\$ 52.695.745,08	106,10%	R\$ 70.662.960,43	106,37%
Receita/Ingressos de Serviços de Transportes	R\$ 38.412.524,89	88,77%	R\$ 42.186.445,83	84,94%	R\$ 58.890.119,82	88,64%
Ingressos de Fretes Cooperados - Unimilitância	R\$ 849.795,12	1,96%	R\$ 3.668.274,84	7,39%	R\$ 3.093.118,80	4,66%
Ingressos Vendas de Mercadorias a Prazo	R\$ 5.715.263,17	13,21%	R\$ 6.841.024,41	13,77%	R\$ 8.679.721,81	13,07%
(-) DEDUÇÃO DOS INGRESSOS BRUTOS	-R\$ 1.706.050,91	-3,94%	-R\$ 3.029.370,03	-6,10%	-R\$ 4.228.752,83	-6,37%
(-) ICMS s/Ingressos de Vendas	-R\$ 26.686,57	-0,06%	-R\$ 23.692,59	-0,05%	-R\$ 9.807,33	-0,01%
(-) COFINS s/Faturamento	-R\$ 117.079,51	-0,27%	-R\$ 177.744,38	-0,36%	-R\$ 213.566,10	-0,32%
(-) PIS S/Faturamento	-R\$ 25.367,52	-0,06%	-R\$ 38.456,57	-0,08%	-R\$ 46.302,82	-0,07%
(-) ISS S/ Serviços	-R\$ 31,64	0,00%	-R\$ 75,70	0,00%	-R\$ 1.194,03	0,00%
(-) Devol.Ingressos de Vendas e Anulação Serviços						
(-) ICMS s/Receita/Ingressos de Serviços	-R\$ 1.662.012,61	-3,84%	-R\$ 3.079.290,95	-6,20%	-R\$ 4.196.156,36	-6,32%
(-) Devolução de Serviços	-R\$ 77.693,51	-0,18%	-R\$ 141.170,84	-0,28%	-R\$ 388.420,94	-0,58%
Crédito Presumido ICMS	R\$ 202.887,10	0,47%	R\$ 432.148,22	0,87%	R\$ 630.252,22	0,95%
(-) ICMS DIFAL	-R\$ 66,65	0,00%	-R\$ 1.087,22	0,00%	-R\$ 3.557,47	-0,01%
INGRESSOS LÍQUIDOS	R\$ 43.271.532,56	100,00%	R\$ 49.666.375,05	100,00%	R\$ 66.434.207,57	100,00%
CUSTOS DOS SERVIÇOS E MERCADORIAS VENDIDAS	R\$ 41.194.592,48	95,20%	R\$ 47.303.405,03	95,24%	R\$ 63.316.079,01	95,31%
CUSTO DOS SERVIÇOS	R\$ 35.395.330,88	81,80%	R\$ 40.489.942,22	81,52%	R\$ 54.333.335,34	81,79%
CUSTO DAS MERCADORIA	R\$ 5.370.597,75	12,41%	R\$ 6.391.277,37	12,87%	R\$ 8.217.863,83	12,37%
CUSTOS GERAIS (INDIRETOS)	R\$ 428.663,85	0,99%	R\$ 422.185,44	0,85%	R\$ 764.879,84	1,15%
INGRESSOS BRUTO	R\$ 2.076.940,08	4,80%	R\$ 2.362.970,02	4,76%	R\$ 3.118.128,56	4,69%

	2019	AV 2019	2020	AV 2020	2021	AV 2021
DISPÊNDIOS OPERACIONAIS DO ATO COOPERATIVO	R\$ 1.586.699,50	3,67%	R\$ 1.793.783,98	3,61%	R\$ 2.133.052,91	3,21%
ADMINISTRATIVOS	R\$ 1.573.204,71	3,64%	R\$ 1.494.625,34	3,01%	R\$ 1.872.532,31	2,82%
COM PESSOAL	R\$ 971.695,81	2,25%	R\$ 882.444,62	1,78%	R\$ 1.111.020,76	1,67%
PROVISÕES PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO	R\$ 122.265,06	0,28%	R\$ 94.350,50	0,19%	R\$ 114.221,95	0,17%
GERAIS	R\$ 479.243,84	1,11%	R\$ 514.830,22	1,04%	R\$ 647.289,60	0,97%
TRIBUTÁRIOS (imposto e taxas/sindical/IPVA/IOF)	R\$ 32.462,11	0,08%	R\$ 56.359,26	0,11%	R\$ 40.821,94	0,06%
MULTAS	R\$ 19.777,07	0,05%	R\$ 19.734,28	0,04%	R\$ 3.794,49	0,01%
APLICAÇÃO FATES	R\$ 32.423,70	0,07%	R\$ 2.944,80	0,01%	R\$ 5.899,67	0,01%
RESULTADO FINANCEIRO	R\$ 126.168,09	0,29%	R\$ 76.421,02	0,15%	R\$ 91.839,27	0,14%
DISPÊNDIOS FINANCEIROS		0,00%	R\$ 138.191,50	0,28%	R\$ 190.218,11	0,29%
INGRESSOS FINANCEIROS		0,00%	R\$ 68.371,95	0,14%	R\$ 98.378,84	0,15%
PROVISÃO CRED.LIQ.DUVIDOSA	R\$ 55.000,00	0,13%	R\$ 150.000,00	0,30%	R\$ 118.165,23	0,18%
OUTROS INGR./DISP.OPERAC. ATO COOPERATIVO	R\$ 32.293,02	0,07%	R\$ 123.076,25	0,25%	R\$ 118.122,05	0,18%
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS (distr.sob	R\$ 41.692,69	0,10%	R\$ 73.266.367,00	147,52%	R\$ 6.857,85	0,01%
OUTROS DISPÊNDIOS OPERACIONAIS (brindes e doações	R\$ 73.985,71	0,17%	R\$ 135.262,90	0,27%	R\$ 124.979,90	0,19%
OUTRAS RECEITAS OPERAC.ATO NÃO COOPETATIVO	R\$ 25.000,00	0,06%		0,00%		0,00%
VENDA DE IMOBILIZADO	R\$ 25.000,00	0,06%		0,00%		0,00%
SOBRA/RECEITA LÍQUIDA ANTES DOS IR E CSL	R\$ 482.947,56	1,12%	R\$ 510.490,56	1,03%	R\$ 866.953,60	1,30%
PROVISÃO PARA IRPJ	R\$ 6.963,89	0,02%	R\$ 7.015,75	0,01%	R\$ 6.173,88	0,01%
PROVISÃO PARA CSLL	R\$ 4.178,34	0,01%	R\$ 4.209,45	0,01%	R\$ 3.704,33	0,01%
SOBRA LÍQUIDA ANTES DAS DESTINAÇÕES	R\$ 471.805,33	1,09%	R\$ 499.265,36	1,01%	R\$ 857.075,39	1,29%
REVERSÃO DO FATES (+)	R\$ 32.423,70	0,07%	R\$ 2.944,80	0,01%	R\$ 5.899,67	0,01%
BASE DE CÁLCULO DAS DESTINAÇÕES	R\$ 504.229,03	1,17%	R\$ 502.210,16	1,01%	R\$ 862.975,06	1,30%
RESERVA LEGAL (10%)	R\$ 46.894,53	0,11%	R\$ 46.666,37	0,09%	R\$ 83.183,06	0,13%
FATES (5%)	R\$ 23.447,27	0,05%	R\$ 23.333,18	0,05%	R\$ 41.591,53	0,06%
FATES (ATO NÃO COOPERATIVO)	R\$ 35.283,72	0,08%	R\$ 35.546,47	0,07%	R\$ 31.144,45	0,05%
SOBRA LÍQUIDA A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	R\$ 398.603,51	0,92%	R\$ 396.664,14	0,80%	R\$ 707.056,02	1,06%

Fonte: Dados primários (2022).

Na análise vertical das Demonstrações de Resultado, não houve nenhuma conta que se sobressaiu, uma vez que, de modo geral, todas as evidências analisadas estão homogêneas nos três exercícios analisados na cooperativa. Dessa forma, percebe-se que a empresa está tendo atenção plana em todos os aspectos econômico-financeiros.

4.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES

Após analisar as informações colhidas diretamente com a cooperativa, neste tópico do trabalho, são apresentados os cálculos dos índices em formato de tabelas e suas respectivas análises.

4.4.1 Índice de Liquidez

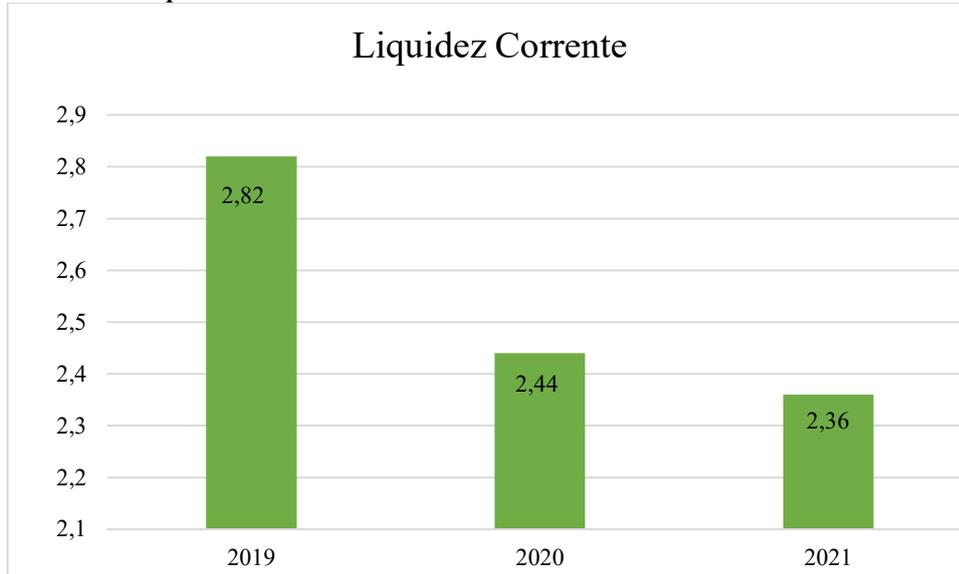
4.4.1.1 Índice de Liquidez Corrente

Liquidez corrente é um indicador financeiro que mostra a capacidade de uma empresa de quitar todas as suas dívidas a curto prazo.

Tabela 5- Liquidez corrente

LIQUIDEZ CORRENTE			
EMPRESA	2019	2020	2021
Cotrabi	2,82	2,44	2,36

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 1- Liquidez corrente

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

De acordo com a tabela, o indicador de Liquidez Corrente apresentou índices bons, ou seja, os valores ficaram acima de R\$ 1,00 do ativo Circulante para R\$ 1,00 do Passivo Circulante. Isso mostra que a empresa tem capacidade de cumprir com seus deveres no curto prazo.

Nota-se que, nos três anos analisados, houve uma pequena queda do indicador. Em 2019, foi de R\$ 2,82; em 2020, R\$ 2,44; e, em 2021, R\$ 2,36.

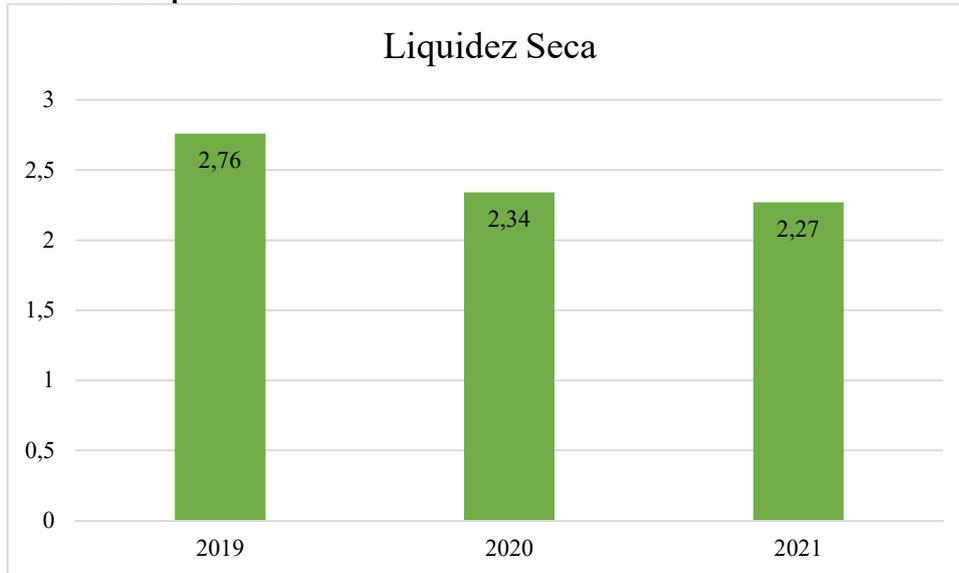
4.4.1.2 Índice de Liquidez Seca

A Liquidez Seca considera, portanto, os valores de que a empresa dispõe para pagar suas contas no curto prazo ainda que não consiga vender nada do que tem estocado.

Tabela 6- Liquidez seca

LIQUIDEZ SECA			
EMPRESA	2019	2020	2021
Cotrabi	2,76	2,34	2,27

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 2- Liquidez seca

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O indicador de Liquidez Seca apresentou índices satisfatórios para o período analisado. Isso mostra que, nesses três anos, a cooperativa conseguiu pagar suas dívidas de curto prazo, independentemente, das vendas de estoque.

Nota-se, no entanto, que houve uma pequena queda de um ano para o outro. Em 2019, R\$ 2,76; em 2020, R\$ 2,34; e, em 2021, R\$ 2,27. A variação percentual entre 2019 e 2021 foi de 17,50%.

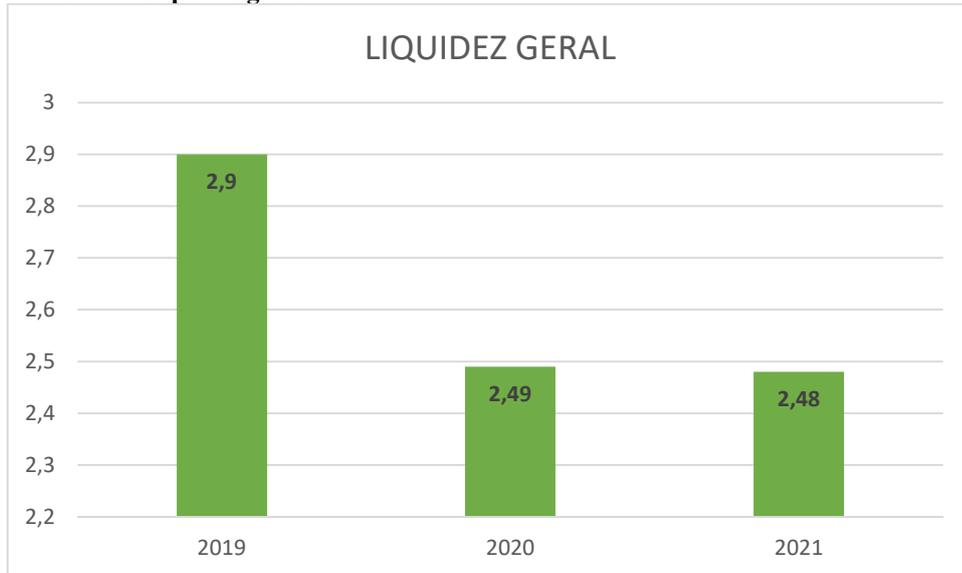
4.4.1.3 Índice de Liquidez Geral

A Liquidez Geral é um indicador utilizado para medir a capacidade que uma empresa tem de honrar as suas obrigações de curto e de longo prazo.

Tabela 7- Liquidez geral

LIQUIDEZ GERAL			
EMPRESA	2019	2020	2021
Cotrabi	2,90	2,49	2,48

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 3- Liquidez geral

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O indicador de Liquidez Geral também apresentou uma diminuição, mas nada que seja de grande relevância. Para cada R\$ 1,00 de suas dívidas, tanto no curto quanto no longo prazo, havia disponível, no ano base de 2019, R\$ 2,90 de valor a receber para saldar suas dívidas; em 2020, R\$ 2,49; e, em 2021, R\$ 2,48. De 2019 a 2021, a variação foi de 14,48%.

4.4.2 Índices de Endividamento

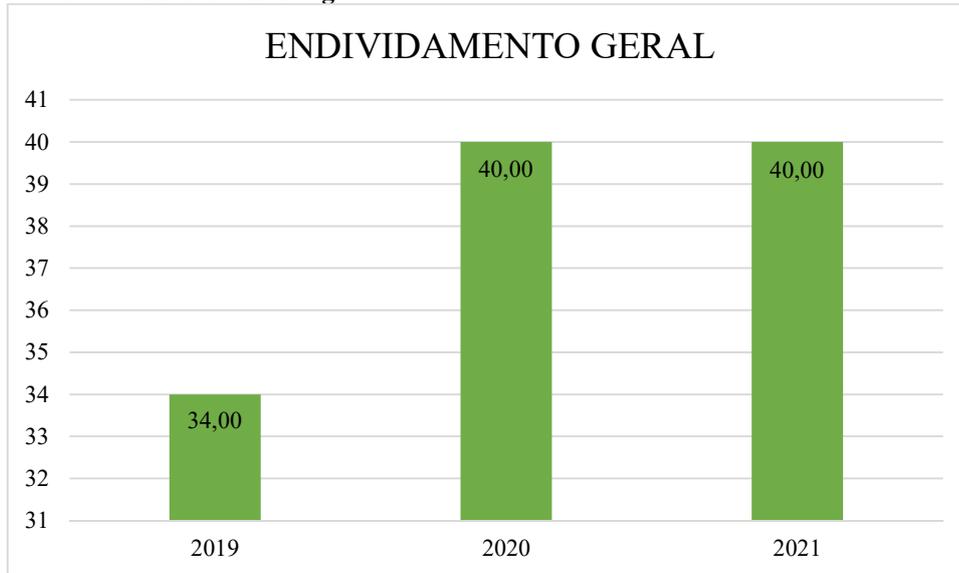
4.4.2.1 Endividamento Geral

O Índice de Endividamento Geral vai ajudar o investidor a entender o quanto o endividamento representa do total de ativos. Em outras palavras, o indicador mostra o quanto dos ativos da empresa estão financiados por terceiros, mostrando a dependência deles.

Tabela 8- Endividamento geral

ENDIVIDAMENTO GERAL			
EMPRESA	2019	2020	2021
Cotraibi	34,00	40,00	40,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 4- Endividamento geral

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No ano de 2019, foram utilizados 34% dos recursos de terceiros. Em 2020, aumentou para 40% e, em 2021, manteve-se em 40%, indicando que utiliza menos de seus próprios recursos. O aumento percentual do uso dos recursos de terceiros, de 2019 a 2021, foi de 17,65%.

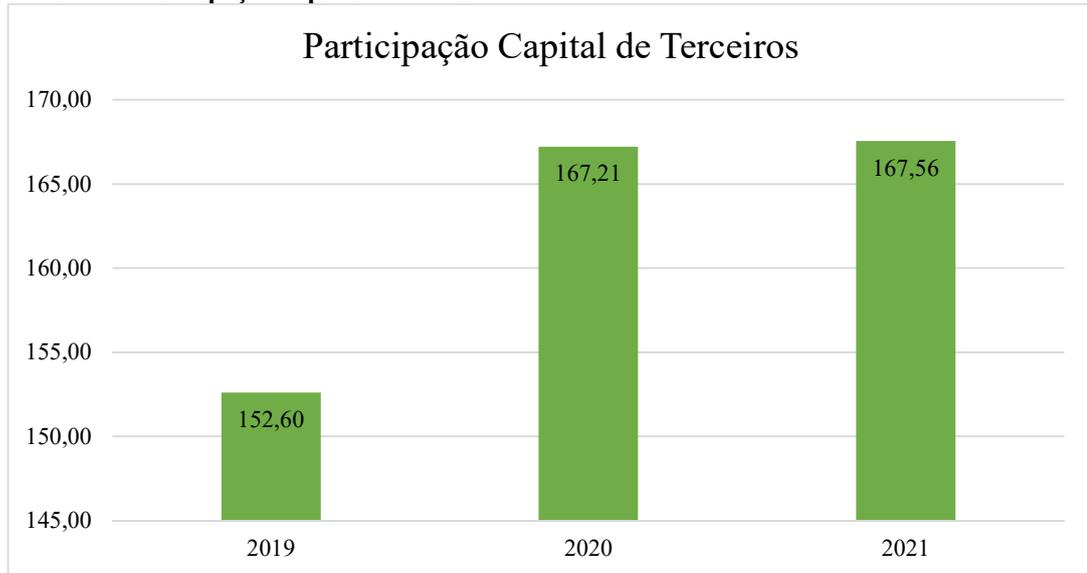
4.4.2.2 Participação do Capital de Terceiros

Este índice indica o percentual de Capital de Terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos, mostrando a política de obtenção de recursos da empresa.

Tabela 9- Participação capital de terceiros

PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS			
EMPRESA	2019	2020	2021
Cotraibi	152,60	167,21	167,5

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 5- Participação capital de terceiros

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Constatou-se, a partir deste indicador, que ocorreu um aumento durante os três anos analisados. No ano base de 2019, utilizava-se 152,60% do capital de terceiros; em 2020, passou a captar 167,21%; e, em 2021, 167,56%. Consta, assim, que a cooperativa utiliza menos recursos próprios e mais capital de terceiros.

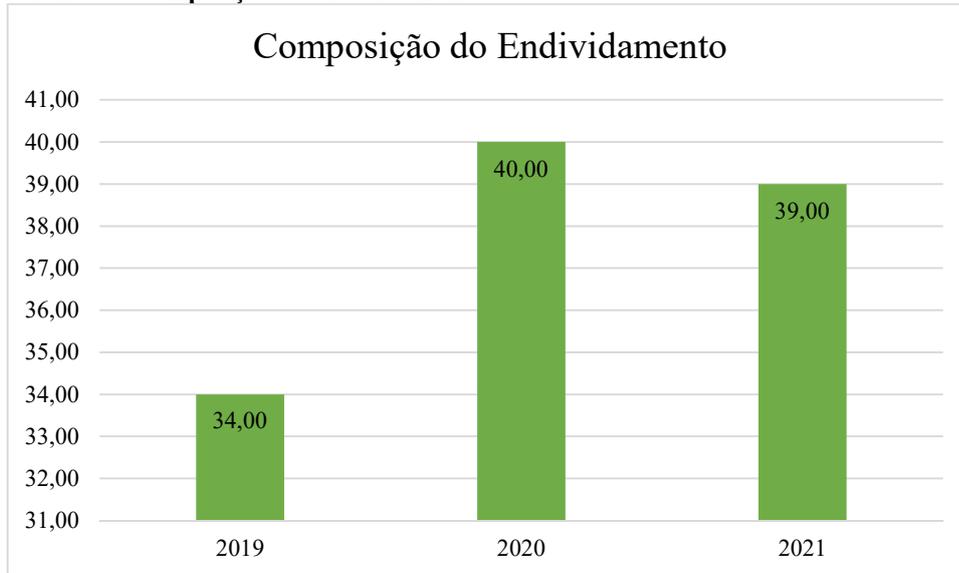
4.4.2.3 Composição do endividamento

Este indicador faz uma comparação do montante das dívidas da cooperativa com o vencimento a curto prazo.

Tabela 10- Composição do endividamento

COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO			
EMPRESA	2019	2020	2021
Cotraíbi	34%	40%	39%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 6- Composição do endividamento

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Observa-se que, na Composição do Endividamento, também ocorreu um aumento. Em 2019, a empresa tinha 34,00% com dívidas de vencimento a curto prazo; em 2020, aumentou para 40,00%; e, em 2021, retrocedeu para 39,00%. Nota-se, portanto, que grande parte das dívidas são a curto prazo, tendo-se um índice não eficaz.

4.4.3 Índices de rentabilidade

4.4.3.1 Giro do Ativo

Este índice é um parâmetro contábil que liga o total das vendas produzidas com o ativo da empresa com a sua receita líquida. É ele quem mostra quantas vezes o ativo da companhia girou no período analisado.

Tabela 11- Giro do ativo

GIRO DO ATIVO			
EMPRESA	2019	2020	2021
Cotraibi	7,60%	6,91%	7,67%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 7- Giro do ativo

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Neste indicador, vê-se que a empresa é eficiente na geração de receitas. No ano base, era de R\$ 7,60; em 2020, era de R\$ 6,91 e; em 2021, de R\$ 7,67. Nota-se que houve variação no decorrer desses três anos analisados, ou seja, de 2019 para 2020, houve uma alteração percentual de 9,08% e, de 2020 para 2021, voltou a crescer com uma mudança positiva de 11%.

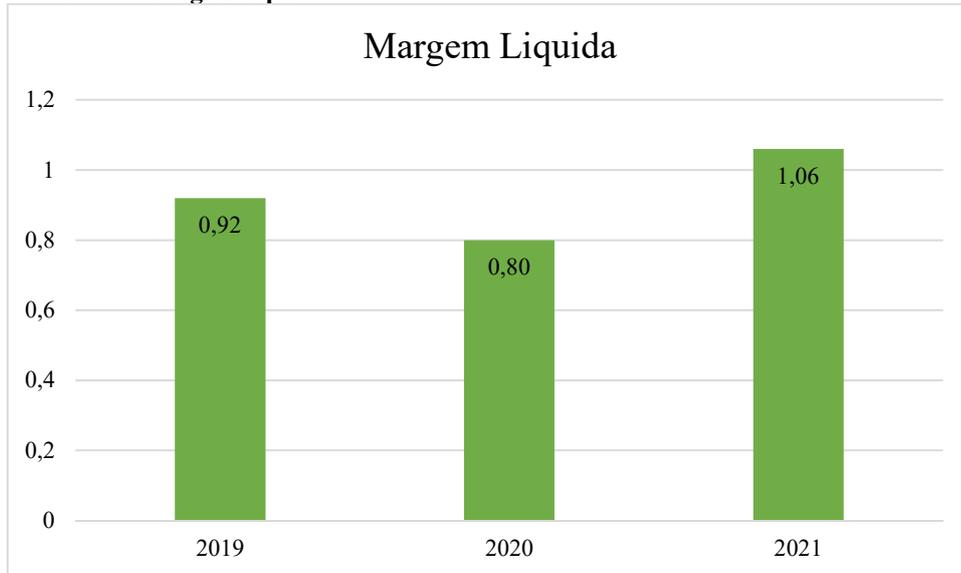
4.4.3.2 Margem Líquida

A Margem Líquida é um indicador financeiro que demonstra quanto de lucro líquido é gerado a partir de cada real que entra no caixa da empresa.

Tabela 12- Margem líquida

MARGEM LÍQUIDA			
EMPRESA	2019	2020	2021
Cotraibi	0,92%	0,80%	1,06%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 8- Margem líquida

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A empresa teve bons resultados, com uma pequena baixa no segundo ano analisado e uma retomada no terceiro ano. Em 2019, a margem de lucro era de 0,92%; em 2020, de 0,80%; e, em 2021, houve uma alavancagem para 1,06%.

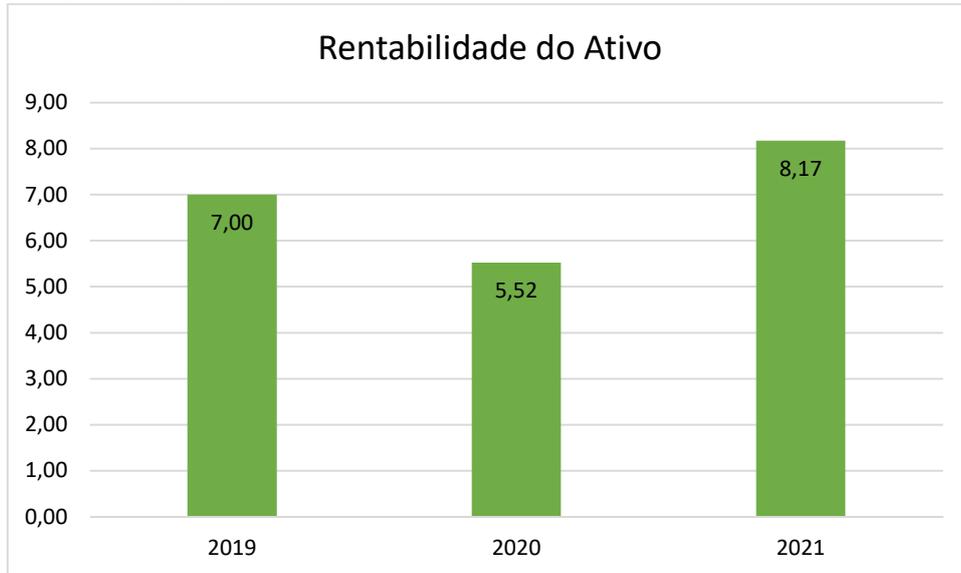
4.4.3.3 Rentabilidade do Ativo

A Rentabilidade do Ativo é o retorno financeiro que deve ser gerado a partir da aplicação, ou seja, é quanto o investidor pode ganhar acima do valor aplicado.

Tabela 13- Rentabilidade do ativo

RENTABILIDADE DO ATIVO			
EMPRESA	2019	2020	2021
Cotraibi	7,0%	5,52%	8,17%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 9- Rentabilidade do ativo

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A partir do Índice de Rentabilidade do Ativo, nota-se que houve uma diminuição no segundo ano e uma retomada no terceiro. Assim, fica evidente que as tomadas de decisões para o negócio estão funcionando. Em 2019, era 7,00%; em 2020, diminuiu para 5,52%; e retomou, em 2021, para 8,17%.

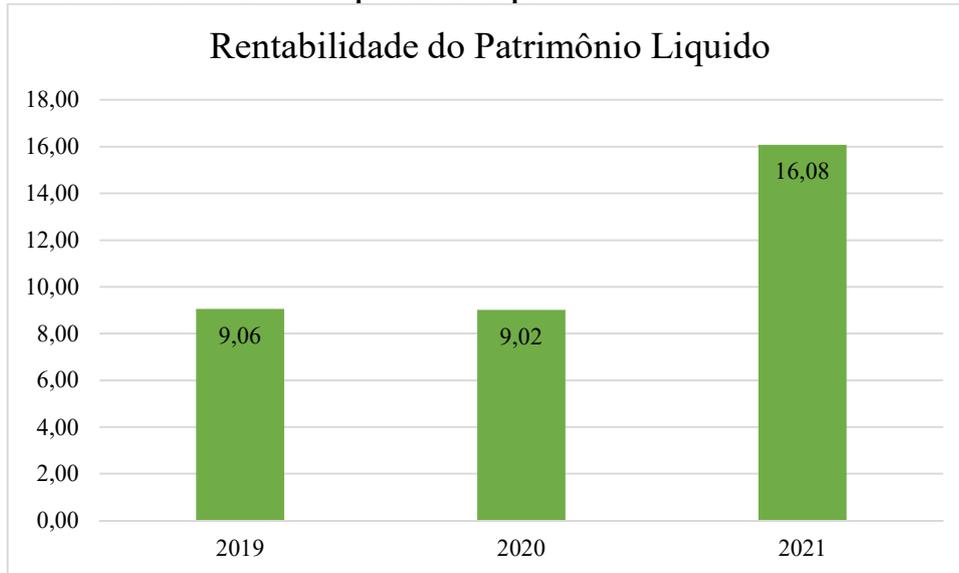
4.4.3.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Este indicador serve para medir o retorno total em lucro líquido gerado em relação ao patrimônio líquido, ou seja, mostra o quanto ela é eficiente em ser rentável com os recursos que tem disponíveis.

Tabela 14- Rentabilidade do patrimônio líquido

RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
EMPRESA	2019	2020	2021
Cotraibi	9,06%	9,02%	16,08%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 10- Rentabilidade do patrimônio líquido

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Este indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido manteve-se estável nos dois primeiros anos e, em 2021, aconteceu um grande salto positivo, mostrando que a taxa de rentabilidade está apresentando valores bons. No ano base, estava em 9,06%; no ano seguinte, 2020, alcançou os 9,02%; e, em 2021, saltou para 16,08%. Uma modificação positiva de 77,48% entre o primeiro ano analisado e o último.

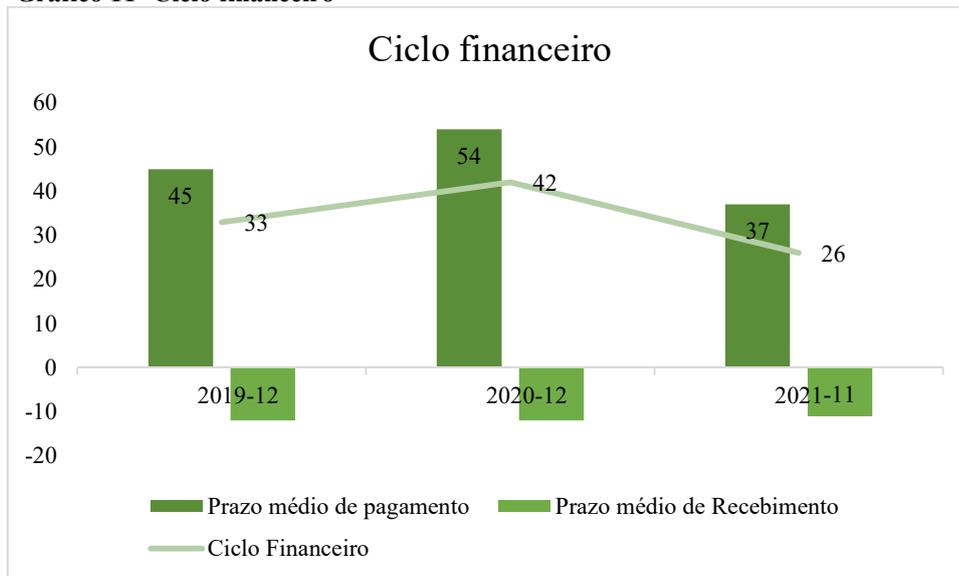
4.4.3.5 Ciclo Financeiro

É um período de tempo entre a data que o colaborador é pago e o tempo que a empresa recebe pelos serviços prestados.

Tabela 15- Ciclo financeiro

CICLO FINANCEIRO			
EMPRESA COTRAIBI	2019	2020	2021
Prazo médio de recebimento	45	54	37
Prazo médio de pagamento	12	12	11
Ciclo financeiro	33	42	26

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Gráfico 11- Ciclo financeiro

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Entende-se que, quanto maior o ciclo financeiro, pior é para a empresa, pois terá que usar por mais tempo financiamentos e haveres. Nos três exercícios analisados, foram constatados prazos altos. Em 2019, eram 45 dias e aumentou, em 2020, para 54 dias. Em 2021, uma baixa considerável para 37 dias. Uma variação percentual de 20% entre 2019 e 2021 e 31,48% de 2020 para 2021.

4.5 SUGESTÕES

A partir das análises feitas sobre os demonstrativos contábeis da COTRAIBI, Cooperativa dos transportadores de Ibiraiaras LTDA, foi possível visualizar algumas mudanças que podem resultar em uma melhoria para os próximos exercícios das atividades da empresa. Com este estudo, pôde-se constatar alguns aspectos importantes que podem proporcionar melhorias.

A partir dos indicadores, deve-se encontrar métodos mais eficientes para os indicadores de liquidez corrente, liquidez seca, endividamento geral, participação do capital de terceiros, margem líquida e ciclo financeiro.

Como sugestão aos indicadores de liquidez corrente e liquidez seca, seria necessário diminuir o período de recebimento dos principais clientes que possuem um maior fluxo financeiro, já que a empresa não possui estoques relevantes que interfiram neste indicador.

Para o endividamento geral, uma indicação aos diretores da cooperativa seria aumentar o prazo de pagamento aos prestadores de serviços, diminuindo, assim, o ciclo financeiro.

Ademais, em relação à participação do capital de terceiros, por ter como principal item as obrigações com os associados, uma sugestão seria aumentar a taxa de emissão do serviço, a fim de diminuir os valores a quitar. Conseqüentemente, aumentaria a margem líquida da cooperativa.

O ciclo financeiro é um dos pontos que mais poderia ser ajustado, aumentando o prazo de pagamento e, em alguns casos, negociar com os clientes a redução do recebimento ou ainda estimulando-os a fazer o pagamento à vista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim desta etapa, é possível avaliar que a cooperativa se desenvolve de maneira positiva com a aplicação dos indicadores de desempenho, porém seria interessante que a empresa utilizasse alguma base teórica para a aplicação dos seis indicadores, moldando-os de acordo com o interesse da cooperativa. Essa ação poderia abrir novas perspectivas para a empresa de tal modo que se pudesse antecipar os gargalos futuros.

Para a melhora da situação econômico-financeira da cooperativa, tornam-se indispensáveis as análises horizontais e verticais das contas do balanço patrimonial, além dos indicadores de liquidez corrente, liquidez seca, endividamento geral, participação do capital de terceiros, margem líquida e ciclo financeiro.

O presente estudo teve a finalidade de verificar os índices que mais impactaram na cooperativa COTRAIBI, durante o período de 2019 a 2021, utilizando os respectivos cálculos para os indicadores analisados, bem como quadros e gráficos para um melhor entendimento dos diretores e do quadro de associados.

De acordo com a tabela, o indicador de Liquidez Corrente apresentou índices bons, mostrando que a empresa tem a capacidade de cumprir com seus deveres no curto prazo. Notou-se que, nos três anos analisados, houve uma pequena queda do indicador. Em 2019, foi de R\$ 2,82; em 2020, de R\$ 2,44; e, em 2021, de R\$ 2,36. Para que não ocorra mais redução, seria importante diminuir o período de recebimento dos principais clientes.

O indicador de Liquidez Seca apresentou índices satisfatórios para o período analisado. Isso mostra que, nesses três anos, a cooperativa conseguiu pagar suas dívidas de curto prazo, independentemente, das vendas de estoque.

O endividamento geral da cooperativa, no ano de 2019, foi de 34% dos recursos de terceiros; em 2020, aumentou para 40%; e, em 2021, manteve-se em 40%, indicando que utiliza menos de seus próprios recursos. O aumento percentual do uso dos recursos de terceiros, de 2019 a 2021, foi de 17,65%, item esse que poderia ser melhorado através da diminuição do ciclo financeiro.

No indicador de capital de terceiros, constatou-se que ocorreu um aumento durante os três anos analisados. No ano base de 2019, utilizava-se 152,60% do capital de terceiros; em 2020, passou a captar 167,21%; e, em 2021, 167,56%. Constata-se, assim, que a cooperativa utiliza menos recursos próprios e mais de capital de terceiros.

O ciclo financeiro é um dos pontos que mais poderia ser ajustado. Entende-se que, quanto maior o ciclo financeiro, pior é para a empresa, pois terá que usar, por mais tempo,

financiamentos e haveres. Nos três exercícios analisados, vê-se prazos altos. Em 2019, eram 45 dias e aumentou, em 2020, para 54 dias; em 2021, ocorreu uma baixa considerável para 37 dias, o que representa uma variação percentual de 20% entre 2019 e 2021 e 31,48% de 2020 para 2021.

Por fim, o trabalho foi de grande valia para o engrandecimento intelectual do acadêmico, uma vez que necessitou coletar os dados contábeis da cooperativa, conhecendo a dimensão da mesma. A pesquisa auxiliou também na identificação de alguns pontos primordiais para o melhor gerenciamento da empresa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. P. S. **Introdução à contabilidade**: atualizada em conformidade com a Lei n. 11.638/2007. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre, **Estrutura e análise de balanços**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Brasília, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

CRCSP. Conselho regional de contabilidade do estado de São Paulo. **Contabilidade no contexto internacional**. São Paulo: Atlas, 1997.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Contabilidade gerencial**: teoria e pratica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável também as demais sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Análise das demonstrações contábeis**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Contabilidade Básica**: atualizada conforme os pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e as normas brasileiras de contabilidade NBC TG 1000 e ITG 1000. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. **Contabilidade empresarial**: texto. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MULLER, A. **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Pearson Pretince Hall, 2012.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil-texto e exercícios.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

ROESCH, Silvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisa, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso.** São Paulo: Atlas, 1996.

SANTI FILHO, Armando de; **Análise do demonstrativo de fluxo de caixa: enfoque sobre o EBITDA, sobre o fluxo de caixa operacional e sobre as políticas financeiras.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SANTOS, José Luiz dos. **Contabilidade geral: atualizado pela Lei Nº 11.941/09 e pelas Normas do CPC até o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos Nº 03/2013.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, José Pereira Da. **Análise financeira das empresas.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SCHMIDT, M. Controle para evitar perdas. Revista Agas, n. 322, p. 31-35, nov./dez., 2015.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. **Nova contabilidade e gestão fiscal: modernização da gestão pública.** Brasília: STN, 2013.

TESOURO Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público.** 5. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2013.

_____. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público.** 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2016.